

ABC
DOS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
- **COMUNIDADE EDUCATIVA** -

NOVEMBRO DE 2020

ÍNDICE GERAL

ODS – OD QUÊ? ODS – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	03
A RESOLUÇÃO	04
A AGENDA	04
DO MILÉNIO À SUSTENTABILIDADE	05
AS 10 DIFERENÇAS E AS SEMELHANÇAS ENTRE OS ODM E ODS	05
AGENDA 2030: UMA NOVA ABORDAGEM	06
DESDOBRAMENTO	06
UNIVERSALIDADE	06
PARTICIPAÇÃO	06
A CAMPANHA “MY WORLD”	06
MONITORIZAÇÃO (INDICADORES NACIONAIS E FEITOS À MEDIDA)	06
AMBIÇÃO	07
COMUNICAÇÃO POSITIVA	07
1, 2, 3...	11
DIGA LÁ OUTRA VEZ	11
OS ODS E DESAFIOS	12
INDICADORES	59
PORTUGAL E OS ODS	60
IMPLEMENTAÇÃO NACIONAL	62
SEIS TRANSFORMAÇÕES PARA ALCANÇAR OS ODS	65
LIGAÇÕES MAIS QUE IMPROVÁVEIS	67
O PAPEL DA COMUNIDADE EDUCATIVA	70
QUAL PODERÁ SER O PAPEL DOS PROFESSORES/AS NO APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS?	70
REFERÊNCIAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	71
6 TEMAS GLOBAIS	71
EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA GLOBAL	78
RECURSOS EDUCATIVOS A EXPLORAR	79
DESAFIO	82
O NOSSO PAPEL	85
BIBLIOGRAFIA	83

ODS - OD QUÊ?

 **OBJETIVOS**  **DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



A RESOLUÇÃO

“Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos. São uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta e um plano para o sucesso”, Ban Ki-moon (antigo Secretário Geral das Nações Unidas).

A 1 de janeiro de 2016, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável — adotados pelos líderes mundiais em setembro de 2015 numa cimeira histórica da Organização das Nações Unidas — entraram oficialmente em vigor.

Estes Objetivos Globais assumidos pelos 193 países das Nações Unidas têm como ambição **“NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS”** e estruturam-se em torno de 5 Princípios:

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



A AGENDA

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a primeira agenda universal para o desenvolvimento sustentável e isso significa que todas as Nações – desenvolvidas e em desenvolvimento – estão convidadas a agir nos seus próprios países.

“A Agenda é nosso plano conjunto para transformar o mundo em 15 anos e, crucialmente, para construir vidas dignas a todos” – Secretário-geral da ONU, António Guterres.

Os ODS foram pensados a partir do sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que estiveram em vigor entre 2000 e 2015. *O Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2015* concluiu que o esforço de 15 anos para alcançar oito metas ambiciosas estabelecidas pela Declaração do Milénio, em 2000, teve um grande sucesso em todo o planeta, mas que há falhas a corrigir. Os ODS pretendem ir mais longe para acabar com todas as formas de pobreza.

DO MILÉNIO À SUSTENTABILIDADE

Youtube O que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU?

Reconhecendo que é possível fazer mais nos próximos anos, a nova Agenda Global aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental, governança).

Transformar o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é uma agenda ambiciosa que prevê ações nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de género, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, alterações climáticas, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento económico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outras.

AS 10 DIFERENÇAS E A SEMELHANÇAS ENTRE OS ODM E ODS:

ODM	ODS
8 Objetivos 21 metas	17 Objetivos 169 Metas
Enfoque descendente: resultado de um acordo intergovernamental e consultas de alto nível	Enfoque ascendente: emitido a partir de um processo de consulta amplo (MY World)
Luta contra a Pobreza	Desenvolvimento Sustentável
Países em Desenvolvimento	Universal
População mais pobre e vulnerável	População mundial
Desafios específicos	Agenda integrada e complexa: foca as 3 dimensões do Desenvolvimento Sustentável
Governamental	Inclusiva: participação de diferentes atores
Enfoque estatístico da localização	Enfoque integral de localização (dimensão local dos ODS)
Mensurável através de 60 indicadores	Mensurável através de 232 indicadores

AGENDA 2030: UMA NOVA ABORDAGEM

DESDOBRAMENTO: As Nações Unidas decidiram desdobrar os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 17 novos objetivos, com foco na sustentabilidade. Se antes o ODM 1 era “Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome”, agora com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável temos o ODS 1 - Erradicar a Pobreza e o ODS 2 - Erradicar a Fome. Apesar do alcance dos ODS ter de ser feito numa abordagem multidimensional e multissetorial, as Nações Unidas querem garantir que cada desafio é abordado num ODS, de forma a facilitar a análise, debate, recolha de dados e de indicadores.

UNIVERSALIDADE: Uma Agenda universal para todos e todas. A abrangência universal da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável é um imperativo ético, que garante que todos os países estão empenhados na sua concretização.

PARTICIPAÇÃO: A Agenda pressupõe elevados níveis de participação de todos os atores do desenvolvimento. Países, decisores políticos, setor privado, academia, sociedade civil... todos e todas são chamados à ação.

A CAMPANHA “MY WORLD”

Em 2013, as Nações Unidas lançaram o questionário “O Meu Mundo”, que captou as vozes, prioridades e opiniões das pessoas. A ideia era, através de um processo coconstruído e coparticipado, integrar a informação recolhida no processo de definição da nova Agenda de Desenvolvimento para o mundo. Mais de um milhão de pessoas, em 194 países, foram auscultadas, transformando este inquérito numa das maiores pesquisas já realizadas. Foi a primeira vez que um processo político integrou dados a esta escala, continuando a ser alimentado por um fluxo constante de dados. De acordo com os dados, três prioridades globais são particularmente importantes: um governo honesto e recetivo, com uma clara responsabilização dos políticos e dos governos, uma educação de qualidade e melhor assistência médica.

O inquérito prossegue, em novos moldes, mas sempre com um objetivo comum: garantir que através do conhecimento e da mobilização em torno da Agenda 2030 conseguimos assegurar um mundo mais justo, mais digno, mais inclusivo e mais sustentável.

Mais em: <https://myworld2030.org>

MONITORIZAÇÃO (INDICADORES NACIONAIS E FEITOS À MEDIDA)

Um mecanismo robusto de acompanhamento e revisão para a implementação da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 requer um quadro sólido de indicadores e dados estatísticos para monitorizar o progresso, identificar políticas. Com a nova agenda temos 17 objetivos, 169 metas e 232 indicadores a analisar. Os governos irão também desenvolver os seus próprios indicadores nacionais para apoiar o processo de monitorização feito em relação aos objetivos e metas. O processo de acompanhamento e revisão será divulgado através de um Relatório Anual do Progresso dos ODS, preparado pelo Secretário-geral.

Com a nova agenda temos 17 objetivos, 169 metas e 232 indicadores a analisar. Os governos irão também desenvolver os seus próprios indicadores nacionais para apoiar o processo de monitorização feito em relação aos objetivos e metas. O processo de acompanhamento e revisão será divulgado através de um Relatório Anual do Progresso dos ODS, preparado pelo Secretário-geral.

AMBIÇÃO

“Não Deixar Ninguém para Trás”. Haverá objetivo maior do que garantir que todos contam para garantirmos um mundo mais justo, mais inclusivo, mais digno e mais sustentável? Somos a geração mais bem preparada para responder aos desafios atuais. Não é possível por isso definir objetivos em que nos congratulamos em reduzir para metade algum problema. O que hoje queremos é erradicar esse problema, de forma a que todas as pessoas possam libertar o seu potencial e viver em dignidade, num Mundo que respeita os direitos humanos e os limites do planeta.

COMUNICAÇÃO POSITIVA

Comparando com os ODM, a linguagem utilizada em torno dos ODS é mais incisiva e clara. Num claro contraste com a anterior Agenda, em que a tónica estava na palavra “reduzir”, esta Campanha não deixa margem para dúvidas - “não deixar ninguém para trás” e “todos contam”. As ações são claras e resultam de um diálogo global com verbos de ação, como eliminar e erradicar. A redução de problemas globais que a todos afetam já não é aceite como legítima por cada um de nós e, por isso, é necessário trabalhar para a erradicação e eliminação desses problemas. Esta Campanha é, simultaneamente, um espaço de esperança e de ação. Para assegurar a sua visibilidade foi feito um grande investimento nos suportes visuais: - Desenvolvimento de um logotipo da Agenda 2030, que é adaptável a diferentes suportes; - Criação de um ícone forte para cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável; - Uma coerência na paleta de cores fortes, que introduza uma dimensão quase lúdica, muito apelativa, como um puzzle em que todas as partes fazem o todo. (In, *Caderno Geração ODS*)

PESSOAS



PROSPERIDADE



PLANETA



PAZ



PARCERIAS



* organização segundo o Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2017

PESSOAS

2 mil milhões vivem em pobreza extrema. 16 mil crianças, com menos de cinco anos de idade, morrem todos os dias de doenças preveníveis. Milhões de crianças não têm acesso a uma educação de qualidade. A desigualdade de género afeta milhões de meninas e mulheres em todo o mundo, com impactos sociais e económicos brutais, sendo uma das maiores armadilhas à dignidade humana.

Em pleno respeito pelos direitos humanos, estamos determinados em garantir que todos os seres humanos podem realizar o seu potencial em matéria de dignidade e igualdade. Das pessoas, com as pessoas e para as pessoas, juntos e em rede, vamos garantir um mundo mais justo, mais inclusivo e mais sustentável.

[Youtube Pessoas](#)

PLANETA

A nossa casa comum merece a nossa atenção. Os atuais estilos de vida e hábitos de consumo implicam um risco cada vez maior para a sustentabilidade dos ecossistemas do planeta, seja pela sobrecarga na produção de comida e uso de água potável, seja pelos efeitos cumulativos dos níveis de poluição atmosférica nas alterações climáticas, seja na contínua contaminação de solos e oceanos.

O tempo de agir é agora: temos de proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e adotar medidas urgentes sobre alterações climáticas, de forma a assegurar as necessidades das gerações presentes e futuras.

[Youtube Planeta](#)

PAZ

Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável. A nova Agenda reconhece a necessidade de construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas que ofereçam igualdade de acesso à justiça e que são baseadas no respeito pelos direitos humanos (incluindo o direito ao desenvolvimento), num Estado de Direito efetivo, numa boa governação a todos os níveis e em instituições transparentes, eficazes e responsáveis. Juntos iremos promover a compreensão

intercultural, a tolerância, o respeito mútuo e uma ética de cidadania global e responsabilidade partilhada, reconhecendo a importância de todas as culturas e civilizações.

Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência.

[Youtube Paz](#)

PARCERIAS

Haverá alguma outra maneira de garantir uma transformação social, económica, ambiental e política senão numa parceria global para o desenvolvimento? Conscientes de uma ambiciosa Agenda e determinados a cumpri-la só uma parceria alargada, reforçada, inclusiva, solidária e coerente permitirá a participação de TODOS no processo de desenvolvimento. É fundamental

reforçar o apoio internacional, nacional e local para a implementação eficaz e orientada desta nova Agenda, de forma a NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS.

Porque o Desenvolvimento é uma responsabilidade de todos.

[Youtube Parcerias](#)

PROSPERIDADE

Conhece alguém que não queira ter uma vida próspera? Só será possível assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso económico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza quando criarmos as condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado assente numa prosperidade partilhada.

O desenvolvimento só será inclusivo e sustentável se a riqueza for partilhada e a desigualdade de rendimento for combatida.

Temos de trabalhar em rede, para construir economias dinâmicas, sustentáveis, inovadoras e centradas nas pessoas, promovendo o emprego dos mais jovens e dos mais vulneráveis. A meta é trabalho decente para todos! Vamos erradicar o trabalho forçado, o tráfico humano e o trabalho infantil em todas as suas formas. A igualdade de oportunidades e crescimento inclusivo são componentes essenciais da transformação social.

[Youtube Prosperidade](#)

1, 2, 3...

DIGA LÁ OUTRA VEZ

No próximo capítulo serão apresentadas as metas de cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

Para dar resposta ao processo de desenvolvimento sustentável é necessário conhecer, refletir criticamente e agir. Só a mobilização de todos e todas na promoção do Desenvolvimento irá garantir um mundo mais justo, mais digno, mais inclusivo e sustentável. Como base da mobilização encontra-se a educação enquanto processo de aprendizagem de conhecimentos, competências, valores e atitudes que permitam contribuir para o desenvolvimento sustentável. A educação é, assim, crucial para a promoção do desenvolvimento sustentável.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





ERRADICAR A POBREZA EXTREMA EM TODAS AS SUAS FORMAS, EM TODOS OS LUGARES

- › **1.1** Até 2030, erradicar a pobreza extrema em todos os lugares, atualmente medida como pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia

 - › **1.2** Até 2030, reduzir pelo menos para metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

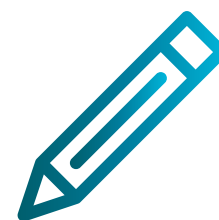
 - › **1.3** Implementar, a nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo escalões, e até 2030 atingir uma cobertura substancial dos mais pobres e vulneráveis

 - › **1.4** Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como no acesso aos serviços básicos, à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias e serviços financeiros, incluindo microfinanciamento

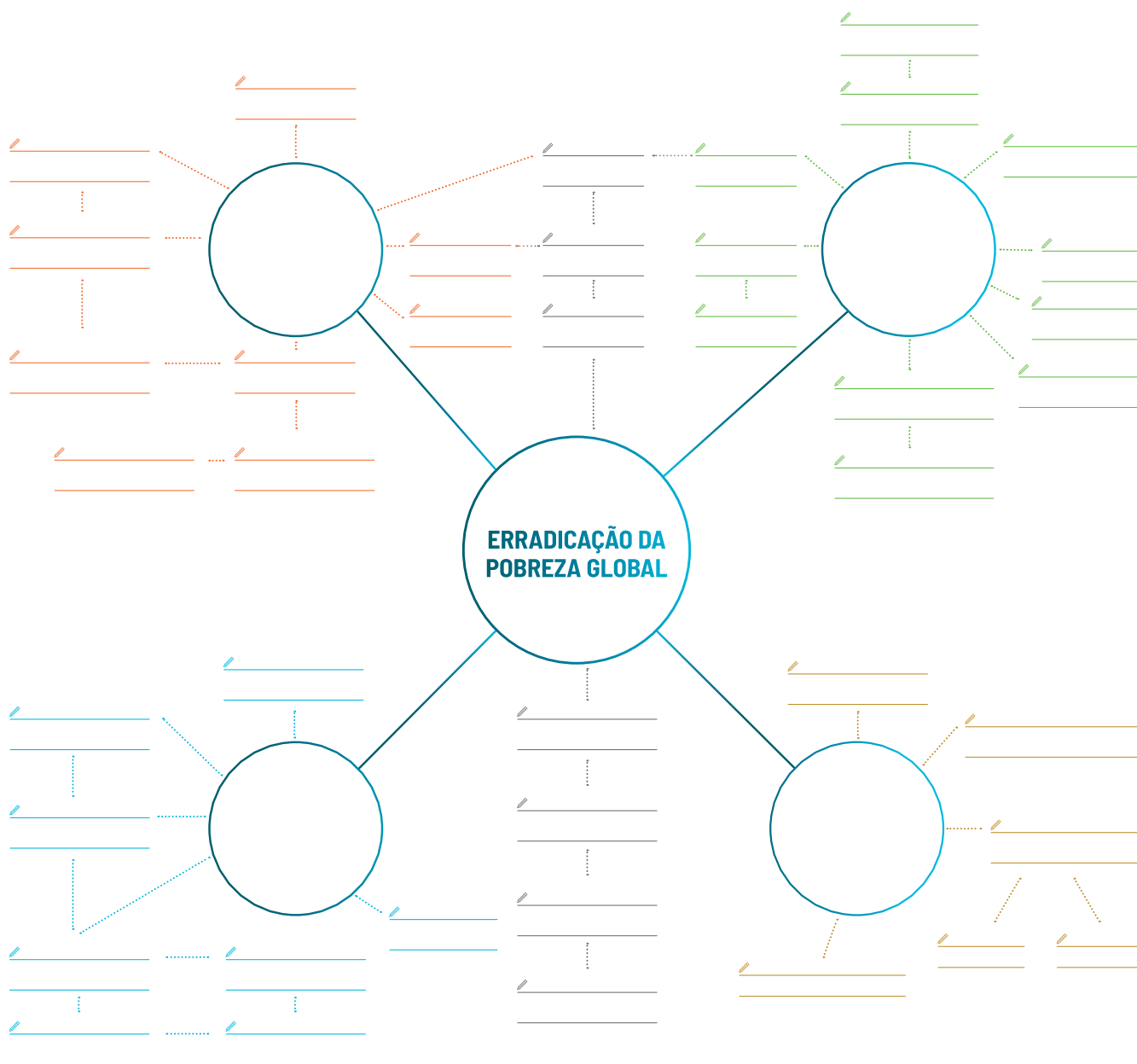
 - › **1.5** Até 2030, aumentar a resiliência dos mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade, e reduzir a exposição e a vulnerabilidade destes aos fenómenos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais
- › **1.a** Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento (em particular, os países menos desenvolvidos) possam implementar programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

 - › **1.b.** Criar enquadramentos políticos sólidos ao nível nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos mais pobres e que sejam sensíveis à questão da igualdade do género, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

TEIA "ERRADICAÇÃO DA POBREZA GLOBAL"

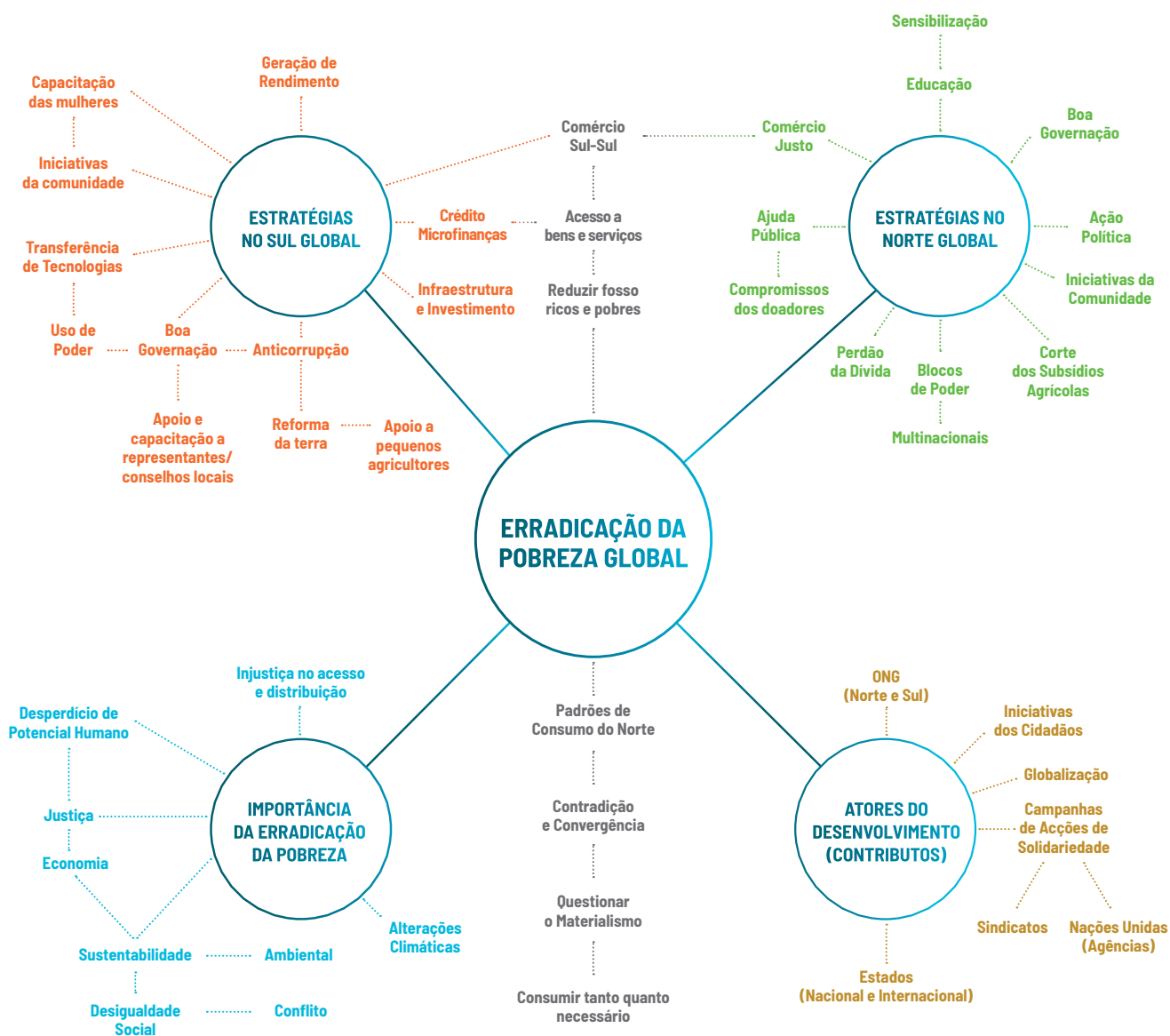


Desafie os seus alunos a construir uma teia que permita a interligação de ações para erradicar a pobreza



Em cada círculo identifique um eixo de atuação que contribua de forma direta para a erradicação da pobreza. Em cada linha identifique a tipologia de ação/os atores ...

TEIA “ERRADICAÇÃO DA POBREZA GLOBAL”
EXEMPLO





ACABAR COM A FOME, ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E MELHORAR A NUTRIÇÃO E PROMOVER A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

- › **2.1** Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano
- › **2.2** Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas
- › **2.3** Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e o rendimento dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores de subsistência, pastores e pescadores, inclusive através de garantia de acesso igualitário à terra e a outros recursos produtivos tais como conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola
- › **2.4** Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às alterações climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo
- › **2.5** Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas que sejam diversificados e bem geridos ao nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, tal como acordado internacionalmente
- › **2.a** Aumentar o investimento, inclusive através do reforço da cooperação internacional, nas infraestruturas rurais, investigação e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos
- › **2.b** Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação em paralelo de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Ronda de Desenvolvimento de Doha
- › **2.c** Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de matérias-primas agrícolas e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação sobre o mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos

ALIMENTAR A HUMANIDADE DE FORMA SUSTENTÁVEL



Um futuro sustentável para a Humanidade pode passar por uma mudança drástica dos nossos hábitos alimentares. Os insetos são, por exemplo, uma fonte de alimento ecologicamente mais eficiente do que as vacas, os frangos, os porcos...e constituem uma enorme reserva por explorar.

- Existem entre 1.000 a 1.900 espécies de insetos comestíveis que, na generalidade, constituem uma alimentação altamente nutritiva e saudável, fonte de proteínas, vitaminas e fibras.
- As vacas, para a mesma quantidade de proteína precisam de 12 vezes mais comida do que os grilos e produzem muito mais gases de efeito de estufa, como o metano. A vaca precisa de comer 25 quilos de ração por cada quilo da sua carne para alimentação humana.
- 2 mil milhões de pessoas já incluem insetos na sua dieta alimentar.

A sustentabilidade da Humanidade pode passar por uma mudança drástica dos nossos hábitos alimentares.

Os insetos, por exemplo, são uma fonte de alimentação ecologicamente mais eficiente do que as vacas, os frangos e os porcos e constituem uma enorme reserva por explorar.

VALOR CALÓRICO COMPARADO

ENERGIA (Kcal)

100g GRILLOS

122 kcal

122 kcal

153 kcal

100g

CARNE DE VACA CRUA

100g

GAFANHOTOS

VALOR NUTRICIONAL COMPARADO

	BIFE DE VACA	TENÉBRIO MOLITOR
UMIDADE (% DO PESO FRESCO)	61,9	52,3
PROTEÍNAS (g/100g)	49,1	55,0
GORDURAS (g/100g)	35,2	41,0
FIBRA (g/100g)	205,6	282,0
APLICAÇÕES ESPECÍFICAS		
BOLEBRONA (g/100g)	2,47	1,60
LEUCINA (g/100g)	5,22	4,20
TRIFTOPANO (g/100g)	0,39	—
VALINA (g/100g)	2,89	2,00
ISOLEUCINA (g/100g)	2,02	2,30
FENILALANINA (g/100g)	1,73	2,40
LIBRINA (g/100g)	2,68	4,50
HISTIDINA (g/100g)	0,63	1,60
ÁCIDOS SÓRCICOS BARRIÉRICOS		
LABOLIBO (ÁCIDO S. g/100g)	9,13	1,02
LABOLIBO (ÁCIDO S. g/100g)	0,37	0,39
LABOLIBO (ÁCIDO S. g/100g)	—	0,05



OVOS



LARVA



PUPA



BESOIRO

CICLO DE VIDA DO TENÉBRIO MOLITOR
Num período de 4 a 5 meses a 28°, aproximadamente

As larvas de 'tenebrio molitor' são um dos poucos insetos que já são consumidos no mundo ocidental. São produzidas na Holanda para consumo humano, bem como para a alimentação animal.

O seu valor nutricional é difícil de bater - são ricos em cobre, sódio, potássio, ferro, zinco e selênio, são comparáveis à carne em teor de proteínas, mas têm um número maior de gorduras polinsaturadas, saudáveis.

MITOS E REALIDADE SOBRE A FOME

Disponha os cartões “Mitos” numa mesa ou numa parede e solicite aos alunos que façam a respetiva correspondência com os cartões “Realidade”.



MITO

REALIDADE

Não há comida suficiente para alimentar a população mundial.	Existe comida suficiente no mundo para que todos/as possam ter a nutrição adequada para uma vida saudável e produtiva. É preciso que a produção e a distribuição de alimentos seja mais eficiente, sustentável e justa.
Resolver o problema da fome significa garantir que as pessoas têm o suficiente para comer.	Uma boa nutrição significa ter a combinação certa de nutrientes e calorias necessárias para um desenvolvimento saudável.
Secas e outros desastres naturais são os responsáveis pela fome.	Comunidades que constroem sistemas de irrigação e de armazenamento e estradas para conectá-las aos circuitos comerciais melhoram as suas colheitas. Deste modo, conseguem sobreviver em período de seca. A natureza é apenas um dos fatores que influenciam a fome. Muitas vezes são os conflitos que estão na origem das principais crises alimentares.
A fome existe quando não há comida nos supermercados.	As pessoas podem passar fome mesmo quando há muita comida à sua volta. Muitas vezes, o problema é uma questão de acesso: falta de condições financeiras para comprar comida ou impossibilidade de acesso aos mercados locais.
Todas as pessoas que passam fome vivem fora da Europa.	No mundo, mais de mil milhões de pessoas passam fome. A fome não conhece geografias.
Muitas pessoas estão com fome no meu país para eu me preocupar com a fome noutros países.	Uma em cada sete pessoas no mundo não tem o que comer, o que significa que uma em cada sete não pode desenvolver o seu potencial. A fome diminui os progressos em áreas críticas para a estabilidade internacional, como a segurança.
A fome é basicamente um problema de saúde.	O problema afeta também a educação e a economia. Sem educação é muito mais difícil as crianças crescerem e contribuírem para a economia nacional.
Há outras questões mais urgentes do que a fome.	Quando as populações estão famintas, as economias sofrem, as pessoas entram em conflito e os agricultores não conseguem fazer as suas plantações crescer de modo eficaz. É preciso combater a fome para que seja possível resolver os desafios ambientais, financeiros e sociais que enfrentamos.

PLANETA ALIMENTAR

Um mapa onde pode explorar 11 mitos e realidades sobre a fome, e compreender através das fotografias de Peter Menzel em “Hungry Planet: What The World Eats”, os nossos hábitos alimentares e perceber que o acesso à alimentação é condicionado pelo nosso estilo de vida e pela nossa situação geográfica. Um mapa que também lhe permite testar os seus conhecimentos geográficos. Saiba quais as condições de requisição do mapa “Planeta Alimentar” enviando um email para: info@imvf.org.



GARANTIR O ACESSO À SAÚDE DE QUALIDADE E PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODOS, EM TODAS AS IDADES

› **3.1** Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nados-vivos

› **3.2** Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países a tentarem reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nados-vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nados-vivos

› **3.3** Até 2030, acabar com as epidemias de *Sida*, *tuberculose*, *malária* e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis

› **3.4** Até 2030, reduzir num terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

› **3.5** Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e uso nocivo do álcool

› **3.6** Até 2020, reduzir para metade, a nível global, o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários

› **3.7** Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planeamento familiar, informação e educação, bem como a integração da

saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

› **3.8** Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis

› **3.9** Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças devido a químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e solo

› **3.a** Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado

› **3.b** Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que dita o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos

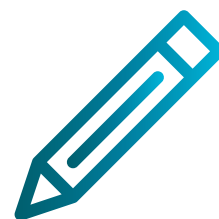
› **3.c** Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

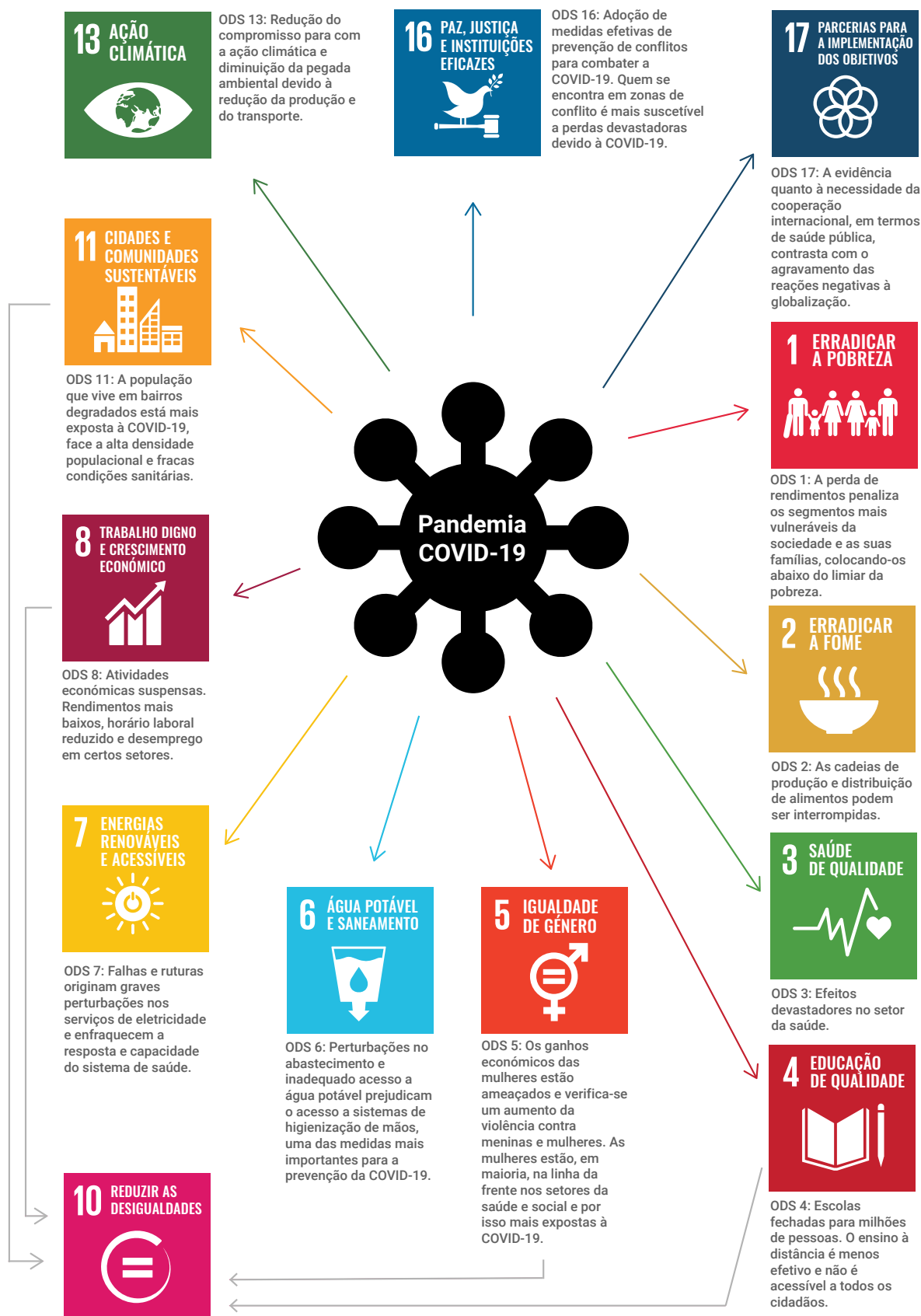
› **3.d** Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gestão de riscos nacionais e globais de saúde

DESAFIO

Desafie os seus alunos a criar um calendário:

- ▶ 30 dias - 30 desafios para te manteres saudável.





Fonte: *Shared Responsibility, Global Solidarity: Responding to the socioeconomic impacts of COVID-19*, UNDESA, March 2020 | Adaptação por Valle Flór Consulting





GARANTIR ACESSO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DE QUALIDADE E EQUITATIVA E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODOS

› **4.1** Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completam o ensino primário e secundário que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, e que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

› **4.2** Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira fase da infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam preparados para o ensino primário

› **4.3** Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo à universidade

› **4.4** Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo

› **4.5** Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade

› **4.6** Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, sejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática

› **4.7** Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e da não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável

› **4.a** Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e à igualdade de gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos

› **4.b** Até 2020, ampliar substancialmente, a nível global, o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento

› **4.c** Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

ATIVIDADES



Para o ODS 4 sugerimos duas atividades:

1. Desafie os seus alunos a construir uma árvore de problemas sobre a falta de acesso à educação.
2. Desafie os seus alunos a preencherem a autoavaliação em cidadania global...para que possam refletir e agir!

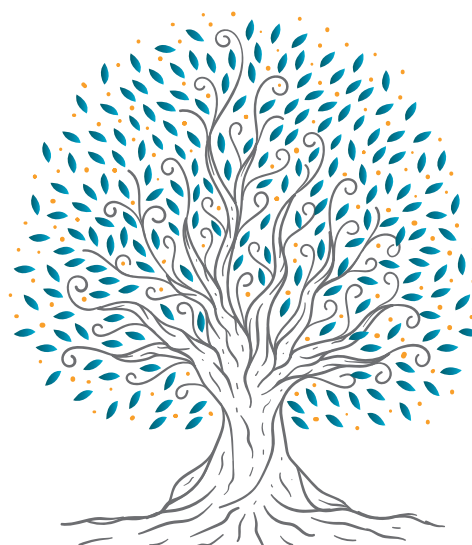
ÁRVORE DE PROBLEMAS:

- › **Objetivo:** Identificar e analisar a natureza e os elementos do problema e chegar a respostas positivas.
- › **Como Fazê-lo:** Desenhar uma árvore com raízes, tronco e galhos com frutas. Os participantes identificam as raízes (causas), os frutos (consequências), o tronco (o problema central).

CONSEQUÊNCIAS

PROBLEMAS

CAUSAS

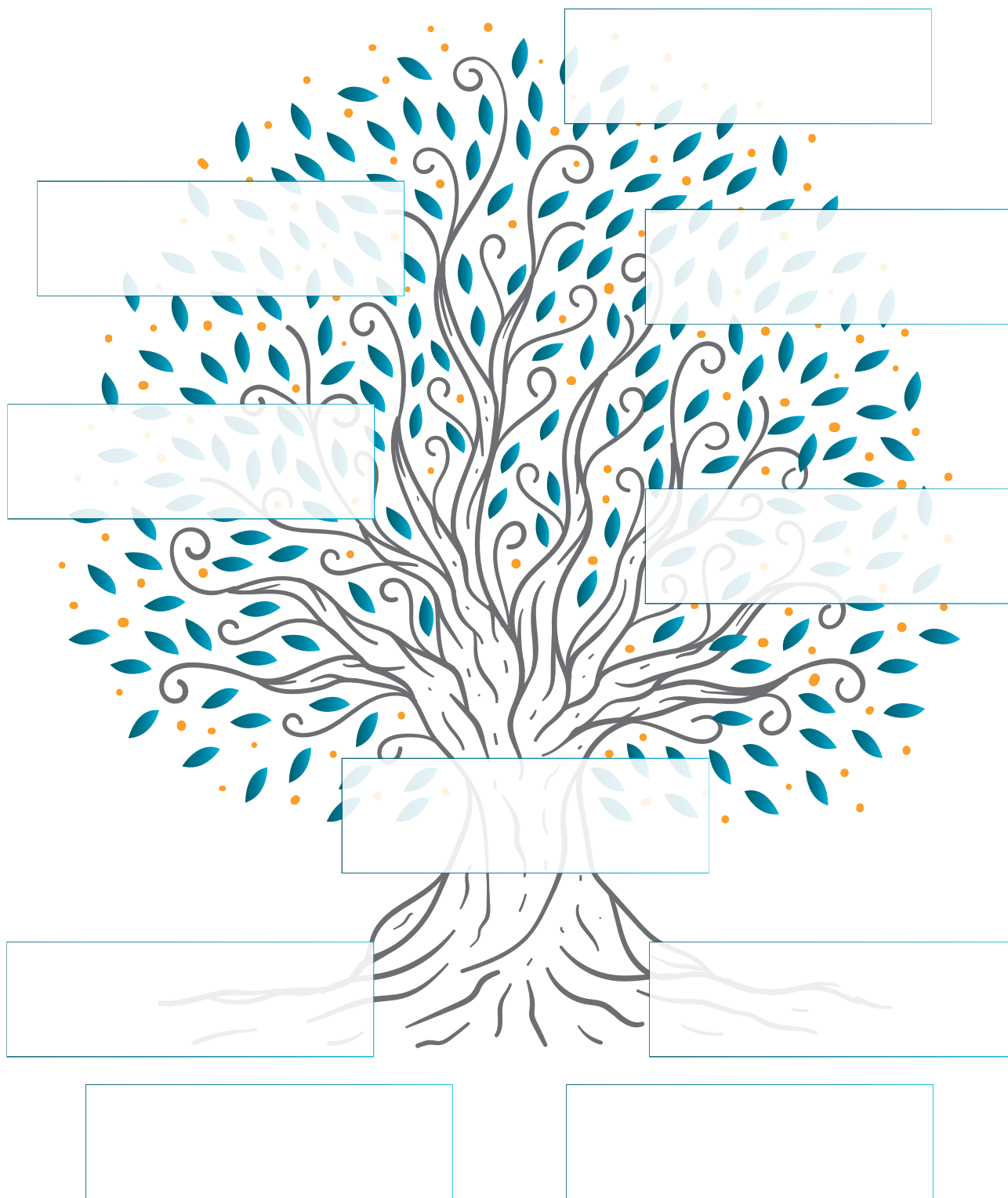


DICAS PARA IDENTIFICAR O PROBLEMA:

- › Identifique um problema obedecendo a dois critérios:
Os problemas devem ser concretos [têm que ser reais, não podem estar relacionados com juízos de valores e/ou suposições] e ser sustentados [ter fundamento, convém que existam dados, estatísticas ou argumentos que provem que se trata de um problema importante].

Na definição dos problemas devemos ter igualmente presente duas regras:

- formular o problema na negativa
- ser sintético – geralmente três palavras chegam para o definir





AUTOAVALIAÇÃO EM CIDADANIA GLOBAL*

» Na tabela abaixo irás encontrar uma série de comportamentos que são considerados como parte integrante das dimensões da cidadania global. Não se trata de uma lista exaustiva e podes acrescentar mais comportamentos que consideres relevantes. Para cada comportamento mencionado, pedimos-te que reflitas sobre a tua vida, de forma consciente e sincera. É uma autoavaliação. Não há pontos nem prémios!

COMPORTAMENTO	Sempre	Às vezes	Help...preciso de ajuda neste tema	Preciso de mais info	Quero fazer isto mais vezes	Estou a fazer o suficiente	Posso motivar outros	Comentários
Estou informado sobre as realidades, práticas globais								
Envolve-me na análise das questões globais								
Informo-me sobre as realidades, tendências e desafios globais								
Assino petições para influenciar decisões à escala global								
Meço a minha pegada ecológica e tento reduzi-la todos os anos								
Procuro ser um consumidor responsável (social+ ambiental)								
Esforço-me para consumir produtos locais/regionais								
Só papo produtos da época: yammii								

* Adaptado "O futuro do mundo nas suas mãos".

Reflico sobre o que compro: necessidade vs futilidade								
Tenho uma lista de produtos que boicoto por considerar que não são éticos								
Evito produtos com elevada pegada hídrica								
Evito desperdício de comida								
Evito ou tento reduzir o consumo de água								
Compro itens a granel em vez de embalados								
Sou ultra cauteloso sobre o consumo de água								
Não consumo água engarrafada								
Os transportes públicos são os meus melhores amigos								
Se fizer um voo, compenso as minhas emissões de CO2								
Uso itens de energia limpa/ecológica (lâmpadas, dispositivos, equipamentos)								
Reduzo de todas as formas possíveis o uso de papel, plástico e metal								
Tenho o meu próprio saco para as compras e não aceito os fornecidos pelas lojas								



» Identifica os teus pontos fortes como Cidadão/Cidadã Global?

» Identifica os teus pontos fracos como Cidadão/Cidadã Global?

» Define um objetivo realista para os próximos 3 meses, para seres um verdadeiro/a Cidadão/Cidadã global





ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E RAPARIGAS

- › **5.1** Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda a parte
- › **5.2** Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
- › **5.3** Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas
- › **5.4** Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
- › **5.5** Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública
- › **5.6** Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes das suas conferências de revisão
- › **5.a** Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
- › **5.b** Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
- › **5.c** Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, a todos os níveis

Saiba mais sobre o processo de localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável numa perspetiva de género [aqui](#).

ATIVIDADE

Classifica estas palavras como um diamante, colocando no topo a mais injusta e em baixo as injustiças menos graves.





GARANTIR A DISPONIBILIDADE E A GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA POTÁVEL E DO SANEAMENTO PARA TODOS

› **6.1** Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos

› **6.2** Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles que estão em situação de vulnerabilidade

› **6.3** Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo para metade a proporção de águas residuais não-tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e a reutilização, a nível global

› **6.4** Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência no uso da água em todos os setores e assegurar extrações sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água

› **6.5** Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos, a todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado

› **6.6** Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos

› **6.a** Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados com a água e o saneamento, incluindo extração de água, dessalinização, eficiência no uso da água, tratamento de efluentes, reciclagem e tecnologias de reutilização

› **6.b** Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento



Explore as atividades desenvolvidas pelo [Serviço Pedagógico Águas Livres do Museu da Água](#)



GARANTIR O ACESSO A FONTES DE ENERGIA FIÁVEIS, SUSTENTÁVEIS, MODERNAS PARA TODOS

› **7.1** Até 2030, assegurar o acesso universal, de confiança, moderno e a preços acessíveis aos serviços de energia

› **7.2** Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global

› **7.3** Até 2030, duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética

› **7.a** Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à investigação e às tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa

› **7.b** Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio



Desafie os seus alunos a verem o filme: "O rapaz que prendeu o vento".

William Kamkwamba, de 13 anos, inspira-se num livro de ciências para construir uma turbina eólica e salvar a sua aldeia da fome. Baseado numa história verídica.

Descarregue fichas de atividade e jogos para dar mais energia às suas aulas. Mais [aqui](#).



PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÓMICO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL, O EMPREGO PLENO E PRODUTIVO E O TRABALHO DIGNO PARA TODOS

- › **8.1** Sustentar o crescimento económico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos
- › **8.2** Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive através da focalização em setores de alto valor agregado e dos setores de mão-de-obra intensiva
- › **8.3** Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros
- › **8.4** Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se em dissociar crescimento económico da degradação ambiental, de acordo com o enquadramento decenal de programas sobre produção e consumo sustentáveis, com os países desenvolvidos a assumirem a liderança
- › **8.5** Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor
- › **8.6** Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação
- › **8.7** Adotar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas
- › **8.8** Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários
- › **8.9** Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais
- › **8.10** Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos
- › **8.a** Aumentar o apoio à Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive através do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos
- › **8.b** Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]

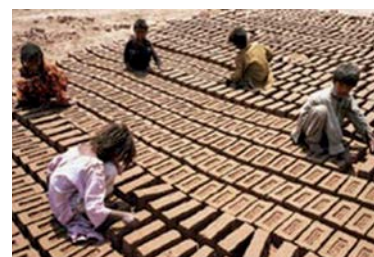
O DIA INTERNACIONAL DA MEMÓRIA DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS E SUA ABOLIÇÃO ASSINALA-SE A 23 DE AGOSTO.

Apesar de proibida na maioria dos países e igualmente proibida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos [1948] e Convenção Suplementar das Nações Unidas sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e Instituições e Práticas Análogas à Escravatura [1956] a escravatura é uma prática que atinge 40 MILHÕES DE PESSOAS.

A ESCRAVATURA CONTEMPORÂNEA ASSUME VÁRIAS FORMAS E AFECTA PESSOAS DE TODAS AS IDADES, SEXO E ETNIA

UM ESCRAVO É:

- ▶ Obrigado a trabalhar - por meio de ameaça física ou psicológica;
- ▶ Propriedade ou controlado por um “empregador”, geralmente através de abuso psicológico ou físico;
- ▶ Desumanizado, tratado como uma mercadoria ou comprado e vendido como “propriedade”;
- ▶ Fisicamente limitado ou sujeito a restrições quanto à sua liberdade de movimento.



TIPOS DE ESCRAVATURA MODERNA

O trabalho forçado afeta milhões de pessoas em todo o mundo. As pessoas tornam-se trabalhadores forçados, tendo ou sendo levados a fazer um empréstimo por tão pouco como a compra de medicamentos para crianças doentes. Para pagar as dívidas, muitos são forçados a trabalhar sete dias por semana, até 365 dias por ano. Em troca recebem comida e abrigo em condições precárias e degradantes como “pagamento” pelo seu trabalho, mas muitas vezes nunca conseguem pagar o seu empréstimo, que assim transita para gerações futuras.



TIPOS DE ESCRAVATURA MODERNA:

- › O casamento precoce e forçado afeta mulheres e meninas que se casam sem escolha e são forçadas a uma vida de servidão muitas vezes acompanhada de violência física.
- › Trabalho forçado- afeta as pessoas que são ilegalmente recrutadas por indivíduos, governos ou partidos políticos e forçadas a trabalhar - geralmente sob a ameaça de violência ou outras penalizações.
- › Escravidão por descendência é onde as pessoas ou nascem numa classe de escravos ou são de um "grupo" que a sociedade considera como adequado para ser usado como trabalho escravo.
- › O Tráfico envolve o transporte e/ou comércio de pessoas - mulheres, crianças e homens - de uma área para outra com a finalidade de forçá-los à condição de escravidão.

TIPOS DE ESCRAVATURA MODERNA:

- › Denunciar
- › Juntarmo-nos a campanhas
- › Assinar petições
- › Optar por produtos de Comércio Justo e ético

- › _____
- › _____



Aprofunde o seu conhecimento e consulte o Kit pedagógico [“TRÁFICO DE SERES HUMANOS E EXPLORAÇÃO LABORAL”](#). Este recurso técnico pedagógico foi produzido no âmbito do projeto “Ativa-te contra o Tráfico de Seres Humanos”, desenvolvido pela [Oikos - Cooperação e Desenvolvimento](#) e financiado pela [Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género](#).

Sabia que existe um site para saber quanto escravos são necessários para satisfazer os nossos padrões de vida?

<https://slaveryfootprint.org/>



CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS RESILIENTES, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL E FOMENTAR A INOVAÇÃO

› **9.1** Desenvolver infraestruturas de qualidade, de confiança, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando-se no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos

› **9.2** Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor do emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e duplicar a sua participação nos países menos desenvolvidos

› **9.3** Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo ao crédito acessível e à sua integração em cadeias de valor e mercados

› **9.4** Até 2030, modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com as suas respetivas capacidades

› **9.5** Fortalecer a investigação científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivar a inovação e aumentar substancialmente o número de trabalhadores na área de investigação e

desenvolvimento por milhão de pessoas e a despesa pública e privada em investigação e desenvolvimento

› **9.a** Facilitar o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e resilientes nos países em desenvolvimento, através de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

› **9.b** Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a investigação e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às matérias-primas

› **9.c** Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020



Desafie os seus alunos a fazer uma “auditoria” à escola na perspetiva das infraestruturas inclusivas e sustentáveis, para que possam apresentar um plano de medidas de sensibilização e melhoramento.



REDUZIR AS DESIGUALDADES NO INTERIOR DOS PAÍSES E ENTRE PAÍSES

› **10.1** Até 2030, progressivamente alcançar, e manter de forma sustentável, o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional

› **10.2** Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra

› **10.3** Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

› **10.4** Adotar políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

› **10.5** Melhorar a regulamentação e monitorização dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações

› **10.6** Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições económicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, credíveis, responsáveis e legítimas

› **10.7** Facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas

› **10.a** Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular para os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio

› **10.b** Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com os seus planos e programas nacionais

› **10.c** Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os mecanismos de remessas com custos superiores a 5%



Explore o [*Manual "Não são apenas números"*](#) Jogo de Ferramentas Educacional sobre migração e asilo na Europa.

A CORRIDA PELA RIQUEZA E PELO PODER*



O EXERCÍCIO PASSO A PASSO

Explique que esta atividade consiste numa simulação onde os participantes irão distribuir a riqueza e o poder do mundo entre si.

1.ª PARTE: A CORRIDA (10 MINUTOS)

1. O objetivo do jogo é obter o maior número possível de moedas. Só têm de obedecer a uma regra: nenhum participante pode tocar noutro membro do grupo (podem até estipular uma penalização para quem quebrar essa regra como, por exemplo, pagar uma moeda).
2. Peça a todas as pessoas, exceto aos que vão desempenhar o papel de “migrantes”, que se sentem no chão, em círculo (de forma a que tenham espaço suficiente para jogar).
3. Distribua as 20 moedas que tinha de lado por 4 ou 5 participantes.
4. Dê a cada um dos 4 restantes participantes um par de meias. Explique que terão de as manter enfiadas nas mãos durante todo o jogo. Adie as discussões em relação às razões para partilhar as moedas ou as meias até à fase de análise da atividade.
5. Espalhe 100 moedas, de forma equitativa, pelo meio do círculo.
6. Quando ouvirem a palavra “comecem”, os participantes devem recolher o maior número de moedas possível. Isto provavelmente não demorará mais de 2 minutos!
7. Quando tiverem recolhido todas as moedas, peça-lhes que informem o resto do grupo da sua riqueza. Na tabela da riqueza, faça o registo do nome do participante e do número de moedas recolhidas.
8. Lembre os participantes que essas moedas representam a sua riqueza e o seu poder no mundo. O montante que possuem determina a sua capacidade de satisfazer as suas necessidades (ou seja: educação básica, alimentação adequada, bons cuidados médicos, alojamento) e os seus desejos (ou seja: educação superior, carro, computador, brinquedos, televisão e outros produtos de luxo). E tudo de acordo com a lista que se segue:
 - ▶ Seis ou mais moedas – os participantes serão capazes de satisfazer as suas “necessidades” e a maioria dos seus “desejos”.
 - ▶ Três a cinco moedas – os participantes serão capazes de satisfazer as suas “necessidades” básicas.
 - ▶ Duas ou menos moedas – os participantes terão dificuldades em sobreviver devido a doenças, falta de educação, má nutrição e falta de alojamento.

2.ª Parte: Os donativos (10 minutos)



1. Informe os participantes que podem, se quiserem, dar moedas aos outros membros do grupo. No entanto, não são obrigados a isso. Caso o façam, o seu nome será anotado como doadores, na lista de “Doadores Honorários”.
2. Dê 3 a 4 minutos para que os participantes possam redistribuir o dinheiro, caso assim o desejem.
3. No final, pergunte o nome dos participantes que quiseram doar as suas moedas e o montante doado. Anote os seus nomes da lista de “Doadores Honorários”.
4. Veja se alguém mudou de categoria como resultado desta redistribuição de moedas e registe as alterações na tabela com uma seta.

3.ª Parte: Promoção da justiça económica (40 minutos)

1. Divida o número de participantes em três grupos em função do número de moedas que têm (muita riqueza, alguma riqueza e pouca riqueza).
2. Peça a três “migrantes” para se juntar a outro grupo. Anote as suas reações ao serem colocados num grupo e não no outro, mas não discuta a colocação até à análise no final.
3. Distribua as canetas e o papel. Cada grupo tem como tarefa criar um plano para uma repartição justa das moedas (a riqueza do mundo), de forma a diminuir o fosso entre as diferentes categorias de riqueza e de poder. Cada plano deve:
 - ▶ Explicar o que precisa de ser feito (o que for preciso);
 - ▶ Descrever os planos do grupo e as suas razões;
 - ▶ Mostrar a razão da justiça do plano.
4. Dê 10 minutos aos grupos para que esbocem os seus planos. Explique que não são necessários grandes detalhes, mas que devem realçar algumas das ações e abordagens possíveis para acabar com o problema da pobreza.
5. Peça a cada grupo que nomeie um porta-voz para explicar o plano ao resto dos participantes e para responder a dúvidas que possam surgir. Anote os planos numa folha A3.
6. Anuncie que vão levar os vários planos a votos para decidir qual irão adotar. A distribuição dos votos será a seguinte:
 - ▶ Cada participante do grupo com “muita riqueza e poder” – 5 votos.
 - ▶ Cada participante do grupo com “alguma riqueza e poder” – 2 votos.
7. Peça aos participantes que votem. Registe os votos numa folha A3 e anuncie qual o plano vencedor.
8. Desenvolva o plano e, caso seja necessário, redistribua a riqueza.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO

Comece por avaliar a forma como decorreu a atividade e pergunte aos participantes se se divertiram. Depois comentem o que aconteceu e o que foi aprendido. Promova a discussão, baseada nas seguintes perguntas:

Como é que se sentiram em relação à maneira como as moedas foram adquiridas e distribuídas? Sentiram que tinham sido tratados com alguma justiça?

Porque é que deram as suas moedas? Para serem venerados? Porque se sentiram culpados? Ou por outra razão?

Como é que se sentiram os participantes que receberam as moedas? Gratos? Tratados de forma condescendente?

Então e os participantes que tinham os pares de meias? Que tipo de pessoas é que eles representam? A qual dos grupos foram parar?

Então e os três “migrantes”, destacados para os diferentes grupos? Sentiram que tinham sido tratados com alguma justiça? O que lhes aconteceu é de alguma forma parecido com o que se passa com as pessoas em todo o mundo? A que tipo de pessoas? Será apenas uma questão de sorte nascer num determinado sítio?

Quais as principais diferenças nos planos dos vários grupos? Acham que os planos refletiram a riqueza do grupo que os pensou?

Por que foram dados mais votos a uns participantes do que a outros? Acham que foi uma representação correta do que se passa no mundo?

Com estas diferenças na riqueza e no poder acham que alguns Direitos Humanos estão a ser infringidos? Se sim, quais?

Quem são as pessoas que “têm” e as que “não têm” algo a dizer ou mesmo a fazer no mundo, no vosso país ou na vossa comunidade? Como é que se viram nessa posição?

Será que os que “têm” devem preocupar-se com a situação dos que “não têm”? Porquê? Razões de segurança, económicas, morais/religiosas ou políticas? Por que podem, os que “têm”, dar dinheiro e recursos aos que “não têm”? Será esta a maneira de resolver o problema da pobreza?

O que podem fazer os que “não têm” para melhorar a sua situação? O que fizeram já os que “não têm” para lidar com as desigualdades de distribuição da riqueza e de poder do mundo?

Acham que deve haver uma redistribuição da riqueza e do poder em todo o mundo? Porquê ou por que não? Se sim, qual a vossa proposta para atingir este objetivo? Quais os princípios orientadores que conduzem a vossa proposta?

Será que o “discurso dos Direitos Humanos” pode ser usado para apoiar a redistribuição da riqueza?

NOTAS

O objetivo desta atividade consiste em consciencializar as pessoas para a desigualdade na distribuição da riqueza e do poder no mundo. No entanto, há o perigo de confirmarem as desigualdades dentro do seu grupo. Assim, tenha em atenção a composição social e económica do grupo e desenvolva o debate, de acordo com as diferentes realidades dos participantes. Peça-lhes que se deixem envolver pelo jogo de maneira a que pareça que as moedas sejam realmente a sua riqueza.

As questões sugeridas para a análise e avaliação são complexas e podem, por isso, requerer tempo e discussões profundas. Se tiver pouco tempo ou se o grupo for demasiado grande, aconselhamos a que divida as perguntas por pequenos grupos. Estes grupos mais pequenos devem ser “mistos”, ou seja, devem incluir pessoas das três diferentes categorias. No final, peça aos grupos para nomearem um porta-voz que apresente os resultados da análise em plenário, para que todos possam ter hipótese de ouvir e refletir sobre as várias questões.

**Manual de Educação para os Direitos Humanos com Jovens – Conselho da Europa*



TORNAR AS CIDADES E COMUNIDADES INCLUSIVAS, SEGURAS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS

› **11.1** Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, e melhorar as condições nos bairros de lata

› **11.2** Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

› **11.3** Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

› **11.4** Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo

› **11.5** Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas económicas diretas causadas por essa via no produto interno bruto global, incluindo as catástrofes relacionadas com a água, focando-se sobretudo na proteção dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade

› **11.5** Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

› **11.6** Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

› **11.7** Apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planeamento nacional e regional de desenvolvimento

› **11.a** Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos que adotaram e implementaram políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Enquadramento para a Redução do Risco de Desastres de Sendai 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres, a todos os níveis

› **11.b** Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, nas construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais



Desafie os seus alunos a escreverem à Câmara Municipal com um conjunto de soluções que tornem o vosso município mais sustentável.



GARANTIR PADRÕES DE CONSUMO E DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS

- › **12.1** Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países a adoptar medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento
- › **12.2** Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais
- › **12.3** Até 2030, reduzir para metade o desperdício de alimentos per capita a nível mundial, de retalho e do consumidor, e reduzir os desperdícios de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo os que ocorrem pós-colheita
- › **12.4** Até 2020, alcançar a gestão ambientalmente saudável dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a libertação destes para o ar, água e solo, minimizar os seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente
- › **12.5** Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização
- › **12.6** Incentivar as empresas, especialmente as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade
- › **12.7** Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais
- › **12.8** Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza
- › **12.a** Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer as suas capacidades científicas e tecnológicas para mudarem para padrões mais sustentáveis de produção e consumo
- › **12.b** Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que cria emprego, promove a cultura e os produtos locais
- › **12.c** Racionalizar subsídios ineficientes nos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive através da reestruturação fiscal e da eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas

MINERAIS PROVENIENTES DE ZONAS DE CONFLITOS SÃO USADOS NO NOSSO DIA A DIA

ENQUADRAMENTO

Muitos anos após ter sido denunciada a cadeia que esteve na origem dos chamados «diamantes de sangue», surge agora uma nova polémica em torno da exploração de minerais em alguns países africanos, que pode criar expressões como “telemóveis e computadores de sangue”. Os «diamantes de sangue» são assim chamados porque estas pedras preciosas alimentam conflitos, guerras civis e violações dos Direitos Humanos e têm sido responsáveis pelo financiamento de conflitos recentes em África, resultando na morte e no deslocamento de milhões de pessoas.

Muitos países ricos em recursos naturais experimentaram o lado negativo da exploração de minérios. Grupos armados têm, muitas vezes, enriquecido através da extração de minério, fazendo negócios com companhias multinacionais e usando os rendimentos para alimentar guerras civis – um fenómeno denominado a “maldição dos recursos”. Os recursos naturais são explorados para além de um nível sustentável, destruindo habitats naturais, deslocando comunidades locais e afetando o quotidiano das pessoas. No passado e no presente, em muitos Países em Desenvolvimento, a presença de minérios com muita procura e de outros recursos tem estado na origem de conflitos armados e violência.

Os nossos telemóveis contêm ouro, platina, paládio e cobre, recursos escassos na Europa. Uma tonelada destes aparelhos poderá conter: 280 gramas de ouro, 140 gramas de platina e 140 libras de cobre. Mas também lâmpadas, MP3 e consolas de jogos usam *“minerais de conflito”* ...

A extração ilegal dos designados “minerais de conflito”, como ouro, cobalto e coltan, tântalo, tungsténio, estanho e ouro, usados no fabrico de equipamentos de eletrónica, como computadores portáteis e telemóveis é uma prática constante na região oriental da República Democrática do Congo e na região dos Grandes Lagos (Burundi, Ruanda, Uganda, etc.). Os lucros obtidos são utilizados para o financiamento de conflitos locais, sinónimo de violações de direitos humanos, coerção e trabalho infantil.

Alguns grupos de ativistas já vieram apelar aos fabricantes de eletrónica para que não comprem estes minerais e algumas empresas, como a Motorola e a Intel estão a tentar determinar a origem dos minerais que adquirem, na tentativa de assegurar que não contribuem para o financiamento da guerra. Mas, nem todas as empresas estão a fazer o mesmo.

Mas, afinal, qual é a responsabilidade das empresas neste tipo de questões morais? Há valores que terão de estar acima do lucro financeiro e os fabricantes precisam de compreender isso mesmo. E, nalguns casos, uma atitude ética pode, inclusivamente, conduzir a maiores ganhos. Os consumidores estão, hoje, muito mais informados acerca dos produtos e das marcas que os produzem, baseando muitas vezes as suas escolhas no comportamento ético dos fabricantes.

A tecnologia tornou-se algo omnipresente em todos os aspetos da sociedade, da cultura à política, passando pela economia de qualquer país. E é aqui que todos nós, enquanto consumidores, podemos desempenhar um papel importante. O consumidor já não é um mero espectador passivo. Ao comprar produtos e serviços de uma empresa que não tem um comportamento ético

e se envolve em questões controversas, então estaremos a apoiá-la. Se tivermos em conta o comportamento dessas empresas no mundo quando decidimos o que comprar, estaremos a certificar-nos que o nosso dinheiro não contribui inadvertidamente para financiar alguma guerra ou ajudar a perseguir dissidentes políticos. Todo o ato de compra produz um efeito a nível económico, social e ambiental.

E NÓS CONSUMIDORES, O QUE PODEMOS FAZER?

› Os consumidores de todo o mundo podem usar o seu poder de compra para exigir junto das companhias a revisão dos seus protocolos empresariais e pedir para que se responsabilizem pela origem dos minerais que usam nos seus produtos.

Consumo responsável: "O consumo responsável leva a que nos informemos sobre esse processo, para avaliar se queremos ou não colaborar com ele. Além da qualidade podemos ter em conta fatores ambientais e sociais, usados em cada produto/produção. O consumo responsável consiste em ter em conta estas repercussões no momento de fazer diferentes opções de consumo." in Guia de Consumo Responsable, Setem

JUNTOS PODEMOS:

- › Alterar os padrões de consumo
- › Exigir responsabilidade e ética a quem produz
- › Preferir produtos de Comércio Justo, de economia solidária e de agricultura biológica
- › Participar em campanhas
Todos nós podemos associar com os meios ao nosso dispor, às campanhas nacionais e internacionais – fazendo pequenas ações, assinando protestos, divulgando as causas, seja na defesa dos direitos humanos ou do ambiente.

RECICLAGEM DE TELEMÓVEIS

A reciclagem de tinteiros, *toners* e telemóveis permite poupar recursos naturais essenciais ao seu fabrico (5 litros de petróleo por cada tinteiro ou *toner*), ao mesmo tempo que evita a deposição em aterro destes equipamentos, cujos resíduos são prejudiciais para o ambiente.

COMO PARTICIPAR?

Entregue consumíveis informáticos (tinteiros e *toners*) e telemóveis (avariados ou em desuso) num dos pontos de recolha indicados.

As empresas, organizações, escolas e estabelecimentos comerciais que desejem participar, poderão receber contentores de recolha nas suas instalações, sendo todo o processo assegurado gratuitamente por uma empresa autorizada para a gestão destes resíduos.

CURIOSIDADE

«*Urban mining*» consiste em procurar irídio e ouro dentro de velhos aparelhos eletrónicos.

Esta atividade poderá tornar-se altamente produtiva tendo em conta a tendência para o aumento do preço dos metais preciosos.

O ouro e os metais preciosos são fundidos e revendidos sob forma de barras e joias ou utilizados para os circuitos dos telemóveis, visto que são melhores condutores de que o cobre. Os outros materiais recuperados são reutilizados em novos produtos eletrónicos.

ÁRVORE DE PROBLEMAS

▶ MINERAIS DE CONFLITO

OBJETIVO Identificar e analisar o uso cotidiano dos minerais de conflito nos mais diversos gadgets eletrônicos, de forma a sensibilizar para a necessidade de se adaptarem novos padrões de consumo responsável.

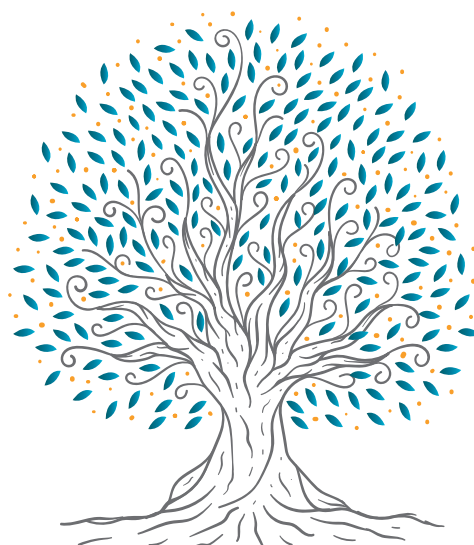
COMO FAZÊ-LO?

- ▶ Desenhar uma árvore com raízes, tronco e galhos com frutas. Os participantes identificam as raízes (causas), os frutos (consequências), o tronco (o problema central)

CONSEQUÊNCIAS

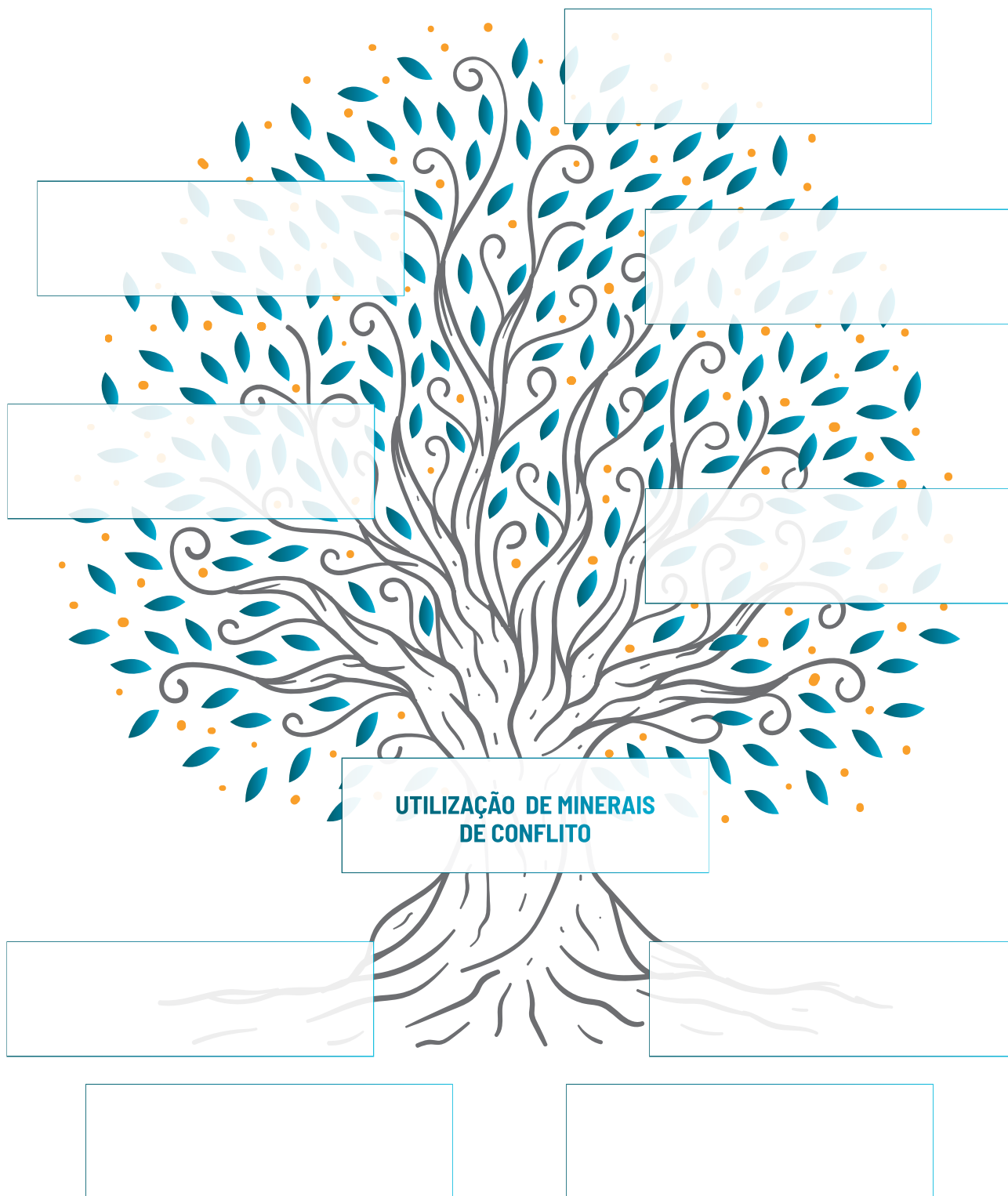
PROBLEMAS

CAUSAS



DICAS PARA IDENTIFICAR O PROBLEMA:

- ▶ Identifique um problema obedecendo a dois critérios: Os problemas devem ser concretos [têm que ser reais, não podem estar relacionados com juízos de valores e/ou suposições] e ser sustentados [ter fundamento, convém que existam dados, estatísticas ou argumentos que provem que se trata de um problema importante]. Na definição dos problemas devemos ter igualmente presente duas regras:
 - ▶ formular o problema na negativa
 - ▶ ser sintético – geralmente três palavras chegam para o definir





ADOPTAR MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER AS ALTERA- ÇÕES CLIMÁTICAS E OS SEUS IMPACTOS *

› **13.1** Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais em todos os países

› **13.2** Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planeamentos nacionais

› **13.3** Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas

› **13.a** Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas [UNFCCC, em inglês] de mobilizarem, em conjunto, 100 mil milhões de dólares por ano, a partir de 2020, a partir de variadas fontes, de forma a responder às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações significativas de mitigação e implementação transparente; e operacionalizar o Fundo Verde para o Clima por meio da sua capitalização o mais cedo possível

› **13.b** Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planeamento e gestão eficaz no que respeita às alterações climáticas, nos países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, e que tenham um especial enfoque nas mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas

* Reconhecendo que a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas é o principal fórum internacional, intergovernamental para negociar a resposta global às alterações climáticas.

[Explore os recursos pedagógicos da Liga para a Proteção da Natureza.](#)



CONSERVAR E UTILIZAR DE FORMA SUSTENTÁVEL OS OCEANOS, MARES E OS RECURSOS MARINHOS, PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

› **14.1** Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima de todos os tipos, especialmente a que advém de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes

› **14.2** Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive através do reforço da sua capacidade de resiliência, e adotar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos

› **14.3** Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive através do reforço da cooperação científica em todos os níveis

› **14.4** Até 2020, regular, efetivamente, a extração de recursos, acabar com a sobrepesca e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor período de tempo possível, pelo menos para níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado pelas suas características biológicas

› **14.5** Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível

› **14.6** Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não

regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios desse tipo, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio

› **14.7** Até 2030, aumentar os benefícios económicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive através de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo

› **14.a** Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de investigação e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos

› **14.b** Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados

› **14.c** Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que determina o enquadramento legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do "Futuro Que Queremos"

[Descarregue e explore o jogo "#Marsemplástico"](#)



PROTEGER, RESTAURAR E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES, GERIR DE FORMA SUSTENTÁVEL AS FLORESTAS, COMBATER A DESERTIFICAÇÃO, TRAVAR E REVERTER A DEGRADAÇÃO DOS SOLOS E TRAVAR A PERDA DE BIODIVERSIDADE.

- › **15.1** Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais
- › **15.2** Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travar a deflorestação, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente os esforços de florestação e reflorestação, a nível global
- › **15.3** Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo
- › **15.4** Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável
- › **15.5** Adotar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, travar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas
- › **15.6** Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos
- › **15.7** Adotar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e agir no que respeita tanto a procura quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem
- › **15.8** Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras nos ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias
- › **15.9** Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contabilidade
- › **15.a** Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas
- › **15.b** Mobilizar recursos significativos, a partir de todas as fontes, e a todos os níveis, para financiar a gestão florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover a gestão florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento
- › **15.c** Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive através do aumento da capacidade das comunidades locais para encontrar outras oportunidades de subsistência sustentável

ATIVIDADE



SOLICITE AOS ALUNOS QUE CRIEM UMA EXPOSIÇÃO SOBRE ESPÉCIES EM VIAS DE EXTINÇÃO:

- › A exposição pode conter fotografias, cartazes, réplicas, hotéis de abelhas e insetos...
- › Pode optar por dinamizar uma exposição *online*.
- › Todas as peças devem identificar o nome da espécie e as suas principais características.

INCENTIVE OS SEUS ALUNOS A PESQUISAR, A REFLETIR CRITICAMENTE E A AGIR!

Fontes de informação:

- › *Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) das espécies ameaçadas*
- › *Espécies ameaçadas na Europa: factos e números*
- › *National Geographic: espécies ameaçadas*



PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS A TODOS OS NÍVEIS.

- › **16.1** Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade com ela relacionadas, em todos os lugares
- › **16.2** Acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra as crianças
- › **16.3** Promover o Estado de Direito, ao nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos
- › **16.4** Até 2030, reduzir significativamente os fluxos ilegais financeiros e de armas, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado
- › **16.5** Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas
- › **16.6** Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis
- › **16.7** Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis
- › **16.8** Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governação global
- › **16.9** Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registo de nascimento
- › **16.10** Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais
- › **16.a** Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive através da cooperação internacional, para a construção de melhor capacidade de resposta, a todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime
- › **16.b** Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

JUSTO VS INJUSTO



DESAFIO 1

► Solicite aos alunos que em trabalho de grupo, selecionem das imagens abaixo, as três imagens mais “Justas” e as três imagens mais “Injustas”. Peça-lhes que para cada imagem que escolherem, identifiquem o tema dessa imagem e pelo menos um conceito que possa ser trabalhado **(1 imagem – 1 tema – 1 conceito)**

Cada grupo terá depois de justificar a sua escolha de imagens, abordando os temas e os conceitos aos restantes grupos.

O debate que se vai gerar permitirá trabalhar alguns dos principais temas da cidadania global, desconstruir mitos e preconceitos, e incentivar à aprendizagem das interligações globais que assistimos diariamente. Permitirá ainda que os alunos possam desenvolver:



Desenvolvimento das capacidades de Pesquisa e Análise



Estudo das Questões Globais



Trabalho Colaborativo



Expressão Oral



Pensamento Crítico



Outras visões do Mundo



Escuta Ativa

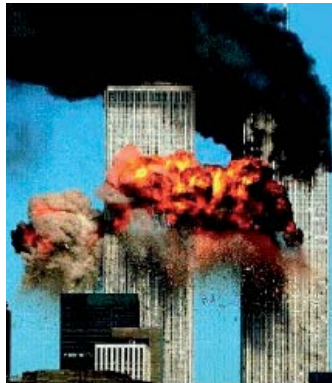
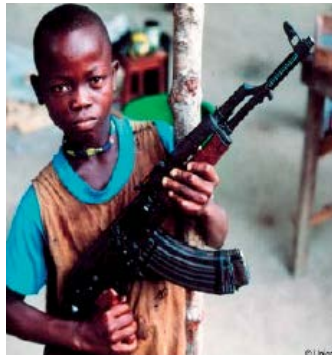
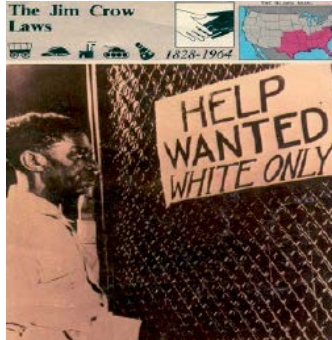


Gestão de tempo e priorização

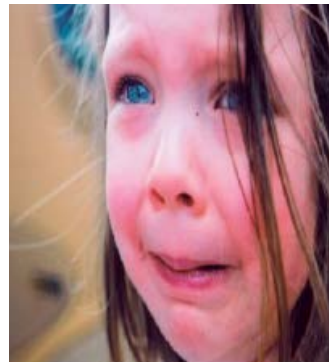
DESAFIO 2

► Divida a turma em pequenos grupos.

Entregue um conjunto de imagens Justas e Injustas a cada grupo e peça-lhes que selecionem as cinco imagens mais “Justas” e as cinco imagens mais “Injustas” e que justifiquem o motivo das suas escolhas.









REFORÇAR OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

FINANÇAS

› **17.1** Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive através do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional de cobrança de impostos e outras fontes de receita

› **17.2** Os países desenvolvidos devem implementar de forma plena os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive canalizar 0,7% do rendimento nacional bruto [RNB] para AOD aos países em desenvolvimento, e alocar 0,15% a 0,20% desse valor para os países menos desenvolvidos.

› **17.3** Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes

› **17.4** Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo através de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e analisar a dívida externa dos países pobres altamente endividados de forma a reduzir o sobre-endividamento

› **17.5** Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos

TECNOLOGIA

› **17.6** Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular ao nível regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar a partilha de conhecimento em termos mutuamente acordados, inclusive através de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global

› **17.7** Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado

› **17.8** Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação

CAPACITAÇÃO

- › **17.9** Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive através da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

COMÉRCIO

- › **17.10** Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive através da conclusão das negociações no âmbito da Agenda de Desenvolvimento de Doha

- › **17.11** Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020

- › **17.12** Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive através de garantias de que as regras de origem preferencial aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado

QUESTÕES SISTÉMICAS

› Coerência de políticas e institucional

SAY
WHAT??

- › **17.13** Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive através da coordenação e da coerência de políticas

- › **17.14** Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável

- › **17.15** Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável

- › **Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável é uma abordagem e ferramenta de política para integrar as dimensões econômica, social, ambiental e de governança do desenvolvimento sustentável em todos os estágios da formulação de políticas nacionais e internacionais.**

Não se assuste com o jargão! Falar de Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) é falar de justiça social, de sustentabilidade, de humanismo, de progresso e de ação. A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento baseia-se no reconhecimento de que várias políticas setoriais – como a política agrícola, comercial, de segurança e defesa, de alterações climáticas ou de migrações – têm um profundo impacto nos países em desenvolvimento. Sabemos mais do que nunca que o Desenvolvimento é marcadamente multidimensional e que as várias políticas se interligam. São os efeitos dessas políticas junto dos beneficiários que queremos garantir que estão alinhadas com o princípio do Desenvolvimento. Não podemos, por exemplo, ter uma política agrícola cuja implementação irá ter efeitos altamente prejudiciais no ambiente. É essa a lógica por detrás do conceito da CPD: garantir que “não damos com uma mão e retiramos com a outra”.

Se quiser aprofundar o seu conhecimento sobre CPD consulte o nosso [Guia de Sobrevivência](#)

AS PARCERIAS MULTISSETORIAIS

- › **17.16** Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e partilhem conhecimento, perícia, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento
- › **17.17** Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil que sejam eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

DADOS, MONITORIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

- › **17.18** Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e fidedignos, desagregados ao nível do rendimento, género, idade, raça, etnia, estatuto migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais
- › **17.19** Até 2030, aumentar as iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento

INDICADORES

Transformar o nosso mundo: a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 apresenta-se como “um plano de ação para pessoas, planeta e prosperidade”. Enfatiza mais princípios (P) no apelo à paz, à erradicação da pobreza e às parcerias. Os seus 17 objetivos e 169 metas com cobertura universal são muito ambiciosos.

As 169 metas incluem meios para a sua implementação, de forma a facilitar os resultados. O ODS 17, que abrange a parceria global, inclui 19 dessas metas, a que se somam mais 43, desde

o ODS 1 ao ODS 16 (são identificadas separadamente usando letras pequenas após o número da meta, por exemplo, 16.a). A estes 62 meios para se alcançarem as metas devem ainda ser adicionados outros 19 objetivos que se relacionam com medidas ou ações políticas.

ISSO SIGNIFICA QUE AS 169 METAS SÃO COMPOSTAS POR:

- 88 metas de resultados
- 81 metas de processo

169

NÚMERO TOTAL DE METAS
NA AGENDA 2030



88

METAS DE RESULTADOS (*OUTCOME*):
Mudança desejável entre o indicador
(*output*) e o impacto

81

METAS DE PROCESSO:
Meios de implementação,
ações políticas, etc.

Em março de 2016, a 47ª sessão da UNSC adotou uma lista de 241 indicadores, 9 dos quais repetidos em mais do que um objetivo, pelo que se chegou a uma lista final de 232 indicadores.

<https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>

Também a UE, em coordenação com os seus Estados-Membros, está empenhada em apoiar a implementação da Agenda de 2030 e através do Eurostat acompanha regularmente o progresso em direção aos ODS, no contexto europeu. O Eurostat desenvolveu, assim, uma lista de indicadores relevantes para a União Europeia referente aos ODS (EU SDG). O processo consiste na

seleção de indicadores da lista dos indicadores globais ODS das NU, bem como de indicadores do Sistema europeu de indicadores de desenvolvimento sustentável (EU SDI set), da Europa 2020, do *Resource Efficiency Scoreboard*, aditando outros indicadores relevantes para as políticas europeias (the 10 Commission Priorities, circular economy, etc.).

<http://ec.europa.eu/eurostat/web/sdi/overview>

Os países podem ainda selecionar ou estabelecer um conjunto de metas específicas que considerem relevantes na perspetiva nacional, bem como definir os respetivos indicadores para a sua monitorização.

PORTUGAL E OS ODS

A 25 fevereiro de 2016 foram aprovadas, em sede de Conselho de Ministros, as primeiras linhas de orientação intragovernamental para a Agenda 2030. Considerada a necessidade de estreito alinhamento entre os dois eixos da Agenda - o plano interno e o plano externo - o Ministério dos Negócios Estrangeiros assumiu um papel de coordenação geral, em articulação com o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas.

Este trabalho é desenvolvido em estreita colaboração com os restantes Ministérios, em função das suas atribuições e da sua relação com os ODS. A Comissão Interministerial de Política Externa (CIPE), sob a liderança da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, funciona enquanto sede e fórum de coordenação interministerial, quer para a implementação dos ODS por parte dos ministérios setoriais no plano interno, quer para a preparação dos relatórios que irão apoiar os processos de *follow-up* e monitorização a nível nacional, regional e global. O INE passou a integrar a CIPE como membro formal em matéria de ODS, em outubro de 2016. O contributo do INE, a nível da análise e produção estatística, é tido como fundamental para o sucesso do exercício de implementação da Agenda 2030.

Em 10 de maio de 2016 foi criado, no **Instituto Nacional de Estatística (INE)**, um Grupo de Trabalho multidisciplinar dedicado ao processo de implementação, na vertente estatística, da "Agenda 2030 - Sustainable Development Goals" (GTSDG).

O INE efetuou um mapeamento da disponibilidade dos indicadores ODS em Portugal e verificou a informação já divulgada para Portugal pelas Nações Unidas. O mapeamento dos indicadores ODS aprovados na 47ª UNSC permitiu retirar as seguintes conclusões relativamente à distribuição dos indicadores:

RESPONSABILIDADE (POR FONTE DE INFORMAÇÃO)

- 29,5% (71 indicadores) são da responsabilidade do INE;
- 3,3% (8 indicadores) são da responsabilidade de Entidades com Delegação de Competências (EDC);
- 22,8% (55 indicadores) são da responsabilidade de outras entidades nacionais;
- 10,0% (24 indicadores) são da responsabilidade de organizações internacionais;
- 2,5% (6 indicadores) não são aplicáveis a Portugal (caso de indicadores que procuram medir realidades específicas dos países em desenvolvimento);
- Não foi possível ainda identificar as entidades responsáveis por 32,0% (77 indicadores).

Os indicadores apresentados são maioritariamente produzidos ou divulgados no contexto do Sistema Estatístico Nacional, ainda que complementados por dados devidamente validados, provenientes de fontes externas. O conjunto de informação disponibilizada permite uma leitura estatística do desempenho nacional em relação aos ODS, desde 2010 até ao ano mais recente disponível.

DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÃO

FONTE : *INE, 2020*

Disponibilidade de indicadores ODS para Portugal



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



IMPLEMENTAÇÃO NACIONAL

A implementação da Agenda 2030 a nível nacional, como se pode ler no Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, é “conduzida de uma forma i) abrangente e completa, considerando o esforço nacional para o cumprimento de todos os ODS; ii) integrada, respeitando uma visão global de promoção do desenvolvimento sustentá-

vel e evitando a compartimentação de políticas por silos; e simultaneamente, iii) focada, com uma clara identificação dos ODS prioritários à luz da visão estratégica de desenvolvimento do País, consubstanciada, em particular, no Programa Nacional de Reformas.”

Portugal materializa nos **ODS 4, 5, 9, 10, 13 e 14** as suas prioridades estratégicas na implementação da Agenda 2030.



GARANTIR ACESSO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DE QUALIDADE E EQUITATIVA E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODOS

- Assegurar o **acesso ao ensino básico e gratuito** e eliminar o **analfabetismo**, as **altas taxas de retenção** e de **abandono escolar precoce**
- Alargar a **escolaridade obrigatória para os 18 anos**, cobrindo também o ensino secundário
- Eliminar as **disparidades educativas** baseadas na **raça, cor, etnia, religião, orientação sexual** ou condições económico-financeiras
- Melhorar a **qualidade do sistema de ensino nacional**
- Promover um **desenvolvimento universal sustentável da educação** a nível mundial



ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E RAPARIGAS

- Acabar com todas as formas de **discriminação**
- Eliminar todas as formas de **violência, tráfico e exploração** contra as mulheres e **práticas nocivas** das suas liberdades e direitos
- Promover o **reconhecimento** do trabalho de assistência e doméstico não remunerado e a **responsabilidade partilhada** na família
- Garantir a **participação plena e efetiva** das mulheres e a **igualdade de oportunidades** na vida política, económica e social
- Assegurar o acesso universal à **saúde e direitos sexuais e reprodutivos**



CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS RESILIENTES, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL E FOMENTAR A INOVAÇÃO

- Desenvolver **infraestruturas** sustentáveis e resilientes, que apoiem o **desenvolvimento económico e bem-estar humano**
- Promover a **industrialização** inclusiva e sustentável e aumentar a contribuição da indústria para o **emprego** e o **PIB**
- Aumentar o acesso das pequenas indústrias aos **serviços financeiros**
- Modernizar infraestruturas e indústrias, potencializar a **eficiência no uso de recursos** e a adoção de **processos industriais ecológicos**
- Incentivar a **investigação científica e inovação** nos domínios público e privado, melhorar as **capacidades tecnológicas** e aumentar o **emprego** e a **despesa em investigação e desenvolvimento**



REDUZIR AS DESIGUALDADES NO INTERIOR DOS PAÍSES E ENTRE PAÍSES

- Combater todas as **formas de discriminação** em Portugal e em todo o mundo
- Promover o **crescimento sustentável do rendimento** dos 40% da população mais pobre, a um ritmo maior do que o da média nacional
- Promover a **inclusão social, laboral, económica e política** de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra
- Garantir a **igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades**, através de políticas fiscais, salariais e de proteção social adequadas
- Promover uma representação **mais forte dos países em desenvolvimento** em tomadas de decisão a todos os níveis
- Facilitar a **migração e a mobilidade das pessoas**, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas



ADOPTAR MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E OS SEUS IMPACTOS *

- Reforçar a **resiliência** e a capacidade de **adaptação** a riscos climáticos e a catástrofes naturais
- Alterar o **paradigma** e integrar a **adaptação** climáticas nas políticas, estratégias e planeamentos nacionais
- Aumentar a consciencialização e a **capacidade humana e institucional** sobre a mitigação, adaptação, redução do impacto e alerta precoce da mudança do clima
- Alcançar uma **sociedade e economia resilientes, competitivas e de baixo carbono**



CONSERVAR E UTILIZAR DE FORMA SUSTENTÁVEL OS OCEANOS, MARES E OS RECURSOS MARINHOS, PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Prevenir e reduzir a **poluição e lixo marinhos**
- Limitar o **impacto da pesca** no meio marinho e **adaptar a pesca** à proteção das espécies
- Promover a **proteção, restauração e gestão sustentável dos ecossistemas** marinhos e costeiros e da **biodiversidade** marinha
- Promover o **desenvolvimento local** das comunidades costeiras
- Promover o **ordenamento do espaço marítimo** e criação de **áreas marinhas protegidas** nos espaços marítimos sob jurisdição nacional
- Potenciar as áreas de **investigação e fiscalização** de natureza tributária, fiscal e aduaneira
- Aprofundar a **política de vigilância marítima**
- Aumentar o **conhecimento científico**, desenvolver capacidades de investigação e transferir tecnologia marinha

SEIS TRANSFORMAÇÕES PARA ALCANÇAR OS ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas exigem transformações profundas em cada país, suportadas por ações complementares por parte dos governos, da sociedade civil, da academia, das empresas e dos demais atores do desenvolvimento.

No entanto, falta às partes interessadas um entendimento comum sobre como os 17 ODS podem ser operacionalizados. Com base nos resultados já alcançados, ou na falta deles, o Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados (IIASA) reuniu investigadores e líderes globais numa plataforma denominada: *O Mundo em 2050*, para formular estratégias mais efetivas de implementação dos ODS até 2030. Em 2018, o grupo apre-

sentou à ONU as suas conclusões, concordando que os ODS representam o melhor entendimento até agora alcançado sobre o futuro do planeta. Em 2019 propuseram *seis transformações*¹ que poderão ajudar a humanidade a compor com maior rapidez o nexo científico, moral e político necessário para avançarmos com maior rapidez na direção de um mundo mais justo, mais digno, mais inclusivo e mais sustentável.

“As seis transformações proporcionam um quadro de ação integrado e holístico que reduz a complexidade, mas englobam os 17 ODS, as suas 169 Metas e o Acordo de Paris. Proporcionam uma nova abordagem para passar da mudança incremental à transformação; para identificar sinergias utilizando vias de desenvolvimento sustentável; para formular roteiros acionáveis e um enfoque nas inter-relações para descobrir múltiplos benefícios e sinergias.” (Nebojsa Nakicenovic, uma das autoras do estudo)



¹ Sachs J D, Schmidt-Traub G, Mazzucato M, Messner D, Nakicenovic N, Rockström J (2019). Six Transformations to achieve the Sustainable Development Goals. Nature Sustainability. doi: DOI 10.1038/s41893-019-0352-9

1ª TRANSFORMAÇÃO: EDUCAÇÃO, GÊNERO E DESIGUALDADE

- A educação constrói o capital humano, que por sua vez, promove o crescimento económico, a erradicação da pobreza extrema, o trabalho decente e a superação das desigualdades de género e outras desigualdades. A primeira Transformação compreende três conjuntos de intervenções para promover a educação e a igualdade de género e para reduzir as desigualdades.

2ª TRANSFORMAÇÃO: SAÚDE, BEM-ESTAR E DEMOGRAFIA

- Esta Transformação promove investimentos chave na saúde e bem-estar. A conceção e implementação serão conduzidas pelos Ministérios da Saúde em coordenação com outros Ministérios, tais como o Trabalho e a Indústria. Tal como na 1ª Transformação, as principais intervenções no âmbito desta Transformação são sinérgicas sem grandes contrapartidas, desde que seja aplicado o princípio de “não deixar ninguém para trás”. As intervenções no âmbito de outras Transformações, particularmente relacionadas com a saúde ambiental e os comportamentos saudáveis, reforçam os resultados e o bem-estar da saúde.

3ª TRANSFORMAÇÃO: DESCARBONIZAÇÃO ENERGÉTICA E INDÚSTRIA SUSTENTÁVEL

- A Transformação visa assegurar o acesso universal às fontes modernas de energia, descarbonizar o sistema energético até meados do século em conformidade com o Acordo de Paris e reduzir a poluição industrial do solo, água e ar. A implementação desta Transformação requer uma estreita coordenação entre vários Ministérios governamentais, incluindo planeamento, energia, ambiente e transportes. As intervenções são sinérgicas, mas as contrapartidas podem surgir de uma má conceção.

4ª TRANSFORMAÇÃO: ALIMENTAÇÃO, SOLOS, ÁGUA E OCEANOS SUSTENTÁVEIS

- Atualmente, o uso dos solos e os sistemas alimentares levam à persistência da fome, desnutrição e obesidade. São responsáveis por um quarto das emissões de gases com efeito de estufa, mais de 90% da utilização de água, perdas de biodiversidade, sobre-exploração da pesca... Ao mesmo tempo, os sistemas alimentares são altamente vulneráveis às alterações climáticas e à degradação dos solos. São necessárias

estratégias integradas para tornar os sistemas alimentares, o uso da terra e os oceanos sustentáveis e saudáveis para as pessoas.

5ª TRANSFORMAÇÃO: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

- As cidades e outras áreas urbanas (doravante designadas por cidades) albergam cerca de 55% da humanidade e 70% da produção económica global. Até 2050, estas quotas aumentarão para 70 e 85%, respetivamente. As cidades são particularmente vulneráveis às alterações climáticas, mas a maioria está longe de cumprir o triplo objetivo de serem economicamente produtivas, socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis. Quase um terço dos habitantes urbanos vive em aglomerados populacionais informais. Muitas aldeias e pequenas cidades não têm acesso a água, saneamento, transportes e energia (Transformação 4).

6ª TRANSFORMAÇÃO: REVOLUÇÃO DIGITAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- A inteligência artificial e outras tecnologias digitais - por vezes referidas como a Quarta Revolução Industrial - estão integradas em quase todos os setores da economia, incluindo a agricultura (agricultura de precisão), mineração (veículos autónomos), manufatura (robótica), retalho (comércio eletrónico), finanças (pagamentos eletrónicos e estratégias comerciais), meios de comunicação social (redes sociais), saúde (diagnósticos e telemedicina), educação (aprendizagem em linha), administração pública (e-governança e voto eletrónico), ciência e tecnologia.
- As tecnologias digitais podem aumentar a produtividade, baixar os custos de produção, reduzir as emissões, expandir o acesso, reduzir a intensidade de recursos dos processos de produção, melhorar a correspondência nos mercados, permitir a utilização de grandes dados e tornar os serviços públicos mais prontamente disponíveis. Podem também melhorar a eficiência dos recursos, apoiar a economia circular, permitir sistemas energéticos de carbono zero, ajudar a monitorizar e proteger os ecossistemas e assumir outros papéis críticos no apoio aos ODS.

LIGAÇÕES MAIS QUE PROVÁVEIS:

OS ODS COMO EIXO CENTRAL DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Ao entrar na terceira década do século XXI, contaríamos estar a assistir a uma multiplicação de fenómenos de ódio e de populismo, ou à perpetuação de discriminações grupais e raciais que desumanizam? Contaríamos estar a assistir à destruição dos recursos naturais que sabemos essenciais à preservação das gerações presentes e futuras, e que destroem aquela que é a nossa Casa Comum? Estaríamos conscientes de que iríamos viver num mundo em profunda desigualdade social e económica, que agravam as condições de vida de milhões de pessoas em todo o globo? Acreditaríamos que os valores e princípios humanistas que defendemos e partilhámos, em nome do bem comum, estariam a ser postos em causa?

É o mundo em mudança permanente que marca o ritmo e o contexto global da cooperação para o desenvolvimento, que se encontra num momento decisivo. Com a aprovação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e o reconhecimento das interligações e interdependências locais (global + local), urge a necessidade de Portugal refletir sobre o seu papel e contributo na construção de um mundo mais digno, inclusivo, justo e sustentável face a um conjunto de desafios globais e dinâmicas tão diversas, como o agravar das desigualdades entre e dentro dos países; a emergência de movimentos populistas e de radicalização; a fragilidade do espaço de ação da sociedade civil, cada vez mais restrito em tantas geografias; as alterações climáticas; o agravamento da pobreza; a falta de acesso à saúde, educação, água, energia, saneamento...

Como “processo de aprendizagem e transformação através da ação individual e/ou colaborativa orientada para a justiça social e o bem comum” (in *Ficha Temática de EDCG*, Plataforma Portuguesa

das ONGD), a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG) é essencial para potenciar o contributo de Portugal em transformar a visão para um mundo melhor, em realidade, colaborando para uma maior expressão e reforço da solidariedade internacional, em que todas as pessoas e instituições têm um papel a desempenhar para que “ninguém seja deixado para trás”.

Se, no decurso dos últimos anos, a política de Cooperação Portuguesa tem vindo a reconhecer e valorizar o contributo da EDCG quanto a uma visão e compreensão transversal e abrangente dos desafios globais, são disso exemplos, a adoção da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento e do seu Plano de Ação, é ainda necessário reforçar o espaço público e político dedicado à EDCG.

O processo de construção e de aprovação de uma nova Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) 2018-2022, em julho de 2018, demonstrou claramente a importância não só dos temas e formas de intervenção da EDCG, mas também do processo. A aprovação da ENED assente num modelo de intervenção participativo, coletivo e multiator, é considerado como uma boa prática nacional e internacional e deveria servir de modelo à definição de estratégias e políticas no setor do desenvolvimento, inclusive à elaboração do novo Conceito Estratégico de Cooperação Portuguesa.

Foi neste processo participado que a EDCG assumiu “a promoção constante da desconstrução de estereótipos e da defesa da não discriminação, da igualdade e da dignidade de todos e de todas, independentemente da ascendência, sexo, origem racial e étnica, cor, língua, território de origem, nacionalidade, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual (razões em conformidade com o artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa e com a Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto”. De facto, não só estamos alinhados aos princípios orientadores da Constituição, mas também às políticas e processos basilares do Desenvolvimento Sustentável.

Partindo da premissa de que as pessoas comportam, em si, energia para agir e a possibilidade de mudança é uma realidade, a EDCG possibilita o desenvolvimento de competências. Competências, valores e princípios que permitem interpretar o mundo em que vivemos, de nos posicionarmos perante os desafios que se colocam a nível local, regional, nacional e global, convidando-nos ou exigindo ação da nossa parte. Perante um cenário de incerteza, a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global permite espaço para refletir criticamente e agir. Potencia, portanto, em espaços formais e não formais, uma resposta coerente e assertiva aos múltiplos desafios que enfrentamos.

Num mundo em mudança, não tenhamos medo de intervir, de refletir criticamente, de facilitar processos de aprendizagem, de “identificar e desconstruir as narrativas incentivadoras de lógicas políticas e económicas insustentáveis”, de reforçar o trabalho em rede em diferentes geografias e com diferentes atores do desenvolvimento, de advogar pela necessidade de alocação de mais recursos, de erguer a nossa voz e agir contra as injustiças e desigualdades e de defender a EDCG como eixo central das políticas de desenvolvimento adotadas e das que possam vir a sê-lo.

Saiba mais sobre a ENED e como pode participar em: <https://ened-portugal.pt/>

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



GARANTIR ACESSO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DE QUALIDADE E EQUITATIVA E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODOS

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e da não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável

O PAPEL DA COMUNIDADE EDUCATIVA

A UNESCO, como agência especializada das Nações Unidas para a educação, é responsável por liderar e coordenar a Agenda da Educação 2030, que é parte de um movimento global para erradicar a pobreza até 2030 através dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

“O impulso para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável nunca foi tão forte. Questões globais – como a mudança climática – exigem uma mudança urgente no nosso estilo de vida e uma transformação do nosso modo de pensar e agir. Para alcançar essa mudança, precisamos de novas competências, valores e atitudes que levem a sociedades mais sustentáveis. Os sistemas de educação devem responder a essa necessidade premente, definindo objetivos e conteúdos de aprendizagem relevantes, introduzindo pedagogias que empoderem os educandos, e motivando as suas instituições a incluir princípios de sustentabilidade nas suas estruturas de gestão. A nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reflete claramente essa visão da importância de uma resposta educacional adequada. A educação é explicitamente formulada como um objetivo independente – o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. Numerosas metas e indicadores relacionados à educação também estão contemplados nos outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A educação é tanto um objetivo em si mesmo como um meio para atingir todos os outros ODS. Não é apenas uma parte integrante do desenvolvimento sustentável, mas também um fator fundamental para a sua consecução. É por isso que a educação representa uma estratégia essencial na busca pela concretização dos ODS. “ in Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Objetivos de aprendizagem



Educação para os Objetivos

de Desenvolvimento Sustentável

Objetivos de aprendizagem



Educação
2030

O objetivo da publicação *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Objetivos de aprendizagem* é ser um guia para profissionais da educação sobre o uso da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) na aprendizagem para os ODS e, consequentemente, contribuir para a realização dos ODS.

O guia identifica objetivos de aprendizagem indicativos e sugere temas e atividades de aprendizagem para cada ODS. Ele também apresenta métodos de implementação em diferentes níveis, desde a formulação de cursos até estratégias nacionais. O guia não pretende ser prescritivo de qualquer forma, mas sim oferecer orientações e sugestões que os educadores podem selecionar e adaptar para que se encaixem em contextos de aprendizagem concretos.

Para cada ODS são delineados temas indicativos e abordagens pedagógicas e enumeradas as competências de aprendizagem. Estas competências de aprendizagem são subdivididas nos campos cognitivo, socio emocional e comportamental.



O campo cognitivo inclui os conhecimentos e competências de pensamento necessários para compreender melhor os ODS e os desafios para alcançá-los.



O campo socio emocional inclui as competências sociais que permitem que os alunos colaborem, negociem e comuniquem entre si, para promover os ODS, bem como as competências de autorreflexão, valores, atitudes e motivações.



O campo comportamental descreve competências de ação.

QUAL PODERÁ SER O PAPEL DOS PROFESSORES/AS NO APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS?

▶ Enquanto agentes multiplicadores podem promover aprendizagens sobre os ODS, da mesma forma que conseguiram desenvolver aprendizagens na Educação Ambiental, que através dos alunos chegaram aos adultos.

▶ Têm um importante papel na educação dos seus alunos, enquanto modelos de cidadania e de trabalho, promovem aprendizagens académicas e são fonte de aprendizagens sociais.

▶ A tomada de consciência da importância de agir em prol dos ODS pode ser bem apreendida nas escolas se os/as Professores/as também os compreenderem e forem sensíveis a esta necessidade.

▶ Os princípios, valores e temas trabalhados na Agenda 2030 são coerentes com as orientações presentes no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

▶ Todos os temas dos ODS podem ser abordados e enquadrados nos programas curriculares de diversas disciplinas – Referencial de Educação para o Desenvolvimento e Objetivos de Aprendizagem.

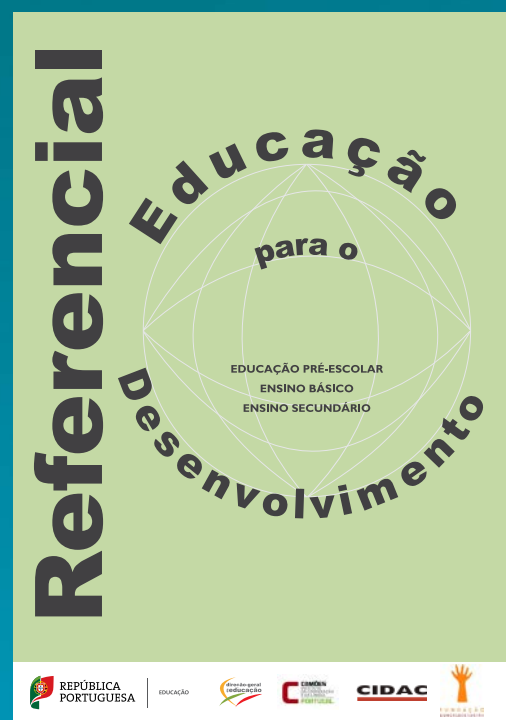
▶ É importante que a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG) seja incorporada progressivamente nos currícula escolares para que a educação formal reflita e contribua para a criação de cidadãos atentos, exigentes e participativos/as na vida e na solidariedade globais.

▶ Face à importância que o Ministério da Educação reconhece à educação para a cidadania, têm vindo a ser produzidos, em parceria com outras entidades públicas e com organizações da sociedade civil, referenciais de educação que se consubstanciam como documentos orientadores na abordagem das suas diversas áreas temáticas em meio escolar.



REFERENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Este documento orientador enquadra a intervenção pedagógica da Educação para o Desenvolvimento, como dimensão da educação para a cidadania. Contempla um conjunto de descritores de conhecimentos, capacidades, valores, atitudes e comportamentos a adquirir pelos alunos dos diferentes níveis de educação e ensino, do pré-escolar ao secundário. O conjunto de descritores abarca os temas do desenvolvimento, interdependência e globalização, pobreza e desigualdades, justiça social, cidadania global e paz.



6 TEMAS GLOBAIS:

- | | |
|---|---------------------------|
| 1 Desenvolvimento | 4 Justiça Social |
| 2 Interdependências e Globalização | 5 Cidadania Global |
| 3 Pobreza e Desigualdades | 6 Paz |

TEMAS**CONHECIMENTOS, CAPACIDADES, VALORES E COMPORTAMENTOS****Desenvolvimento**

Os alunos e as alunas compreendem que, o conceito de desenvolvimento, cientificamente assumido, teve origem no período posterior à Segunda Guerra Mundial, contendo muitas referências ao início das sociedades industriais europeias. O seu percurso inicial esteve essencialmente ligado à ciência económica, com uma relação muito próxima, confundindo-se até, com as noções de crescimento económico e de progresso linear. A partir da década de 1970, a ideia deste desenvolvimento economicista foi fortemente contestada, levando a uma intensa busca de novas visões, passando o desenvolvimento a estar ligado a uma variedade de outras dimensões – Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Comunitário – das quais resultaram novos conceitos e propostas. Hoje, é um conceito em renovação, sendo mesmo colocado em causa, por alguns autores. O conceito de desenvolvimento é portador de grandes potencialidades, nomeadamente assumindo-se enquanto processo das pessoas e das comunidades pensarem e trabalharem em conjunto no sentido de criarem respostas aos seus problemas e aos desafios da humanidade. Para o efeito, é necessário mobilizar capacidades e alargar o âmbito daquilo que se pode fazer, tendo por base princípios relacionados com o bem-estar económico, social, cultural e político numa lógica de respeito pela natureza e pela liberdade das pessoas e das sociedades, assente nos valores da justiça, equidade e solidariedade. Os alunos e as alunas são capazes de reconhecer que diferentes culturas e mundivisões pressupõem diferentes formas de encarar o desenvolvimento, identificando e discutindo essas várias perspetivas, incluindo a visão que advoga o abandono do conceito. São capazes de identificar o que não é o desenvolvimento e de refletir criticamente sobre a sociedade e sobre o mundo que querem. Os alunos e as alunas são capazes de identificar os principais atores e mecanismos da cooperação internacional e de refletir criticamente sobre os seus impactos nos processos de desenvolvimento. Os alunos e as alunas reconhecem-se enquanto participantes nos processos de desenvolvimento à escala local e global, assumindo compromissos pessoais coerentes com a sua visão e com a necessária transformação social a ela subjacente. Ao fazê-lo, valorizam o papel da participação dos indivíduos e das comunidades nos processos de desenvolvimento, bem como a coerência entre pensamento e ação, a cooperação, a solidariedade e a equidade.

Interdependência e Globalização

Os alunos e as alunas compreendem que o processo de uma crescente intensificação das inter-relações mundiais e das interdependências tem feito parte da história humana. Hoje, a globalização é a expressão deste processo, assente na transnacionalização económica e em mecanismos de governação à escala global, potenciados por um desenvolvimento tecnológico sem precedentes, resultando numa complexificação das relações aos níveis económico, social, cultural e político. Os alunos e as alunas reconhecem o atual processo de globalização como um dos fenómenos mais influentes das sociedades contemporâneas. São capazes de refletir criticamente sobre esse mesmo processo, a partir de algumas das suas tendências contraditórias. São capazes de refletir criticamente sobre o modo como as crescentes interdependências são potencialmente geradoras de maior equidade ou de maior assimetria, identificando fatores que condicionam uma ou outra, bem como sobre os riscos e desafios que se colocam atualmente. São capazes de relacionar a dimensão global com as questões e acontecimentos locais e nacionais, bem como de compreender o impacto global das ações locais e nacionais, tomando consciência da complexidade e interdependência dos problemas que afetam a humanidade, em diferentes lugares do planeta. São capazes de identificar instituições e outras entidades de governação à escala global nos âmbitos político e económico, bem como de refletir sobre o seu papel e a sua intervenção em relação à promoção do bem-estar e da justiça social à escala global. Os alunos e as alunas reconhecem que habitam num mundo globalizado e interdependente e tomam consciência de como isso afeta a forma como vivem, se veem a si próprios e se relacionam com os outros. Reconhecem-se também enquanto participantes ativos desse processo, assumindo a sua responsabilidade social na construção e participação em relações e interligações promotoras da dignidade humana e do respeito pela natureza. Ao fazê-lo, valorizam a justiça, a solidariedade, a equidade e o bem comum enquanto pilares da construção de sociedades mais coesas e mais sustentáveis.

Pobreza e Desigualdade

Os alunos e as alunas compreendem que a pobreza compromete a salvaguarda dos direitos humanos e a satisfação das necessidades básicas. Compreendem também que a pobreza foi durante muito tempo identificada com situações inevitáveis e com a incapacidade dos indivíduos se superarem a si próprios, de modo a conseguirem ultrapassá-la. Compreendem ainda que a pobreza tem estreita relação com a permanência das desigualdades entre pessoas, famílias, comunidades e nações e que tem tendência a reproduzir-se se as condições de contexto não se alterarem. Os alunos e as alunas são capazes de identificar situações históricas e atuais, no país e em vários outros pontos do mundo, que contribuíram para a marginalização e pobreza de grupos sociais, comunidades e nações; identificam, por outro lado, alterações de contexto (políticas, económicas, culturais, ...) que provocaram mudanças significativas nessas situações ou permitiram eliminá-las. São também capazes de refletir criticamente e de escolher em que mundo querem viver e ter uma noção do que essa escolha implica. Os alunos e as alunas reconhecem e assumem a sua quota-parte de poder e de responsabilidade na criação de condições que, por um lado, invertam o aumento e a continuação das desigualdades, da pobreza e da exclusão social e que, por outro, permitam melhorar o bem-estar de todas as pessoas, comunidades e povos. Ao fazê-lo, valorizam a capacidade que a humanidade tem de fazer face às desigualdades, à pobreza e à exclusão social, assim como a justiça, a equidade e o bem-estar a que todos os seres humanos têm direito.

Justiça Social

Os alunos e as alunas compreendem que a justiça diz respeito à igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos e cidadãs, apontando para um conjunto de princípios e de normas socialmente legitimadas que orientam a vida das pessoas e dos grupos sociais e que são aplicadas como meio de manter a segurança, de promover o bem-estar social e de lutar contra todas as formas de discriminação. Por sua vez, a justiça social baseia-se num compromisso ético que tem por objetivo a criação e fortalecimento do bem comum, da coesão social e territorial e da equidade entre cidadãos, cidadãs e grupos sociais, reconhecendo todas as pessoas, enquanto tal, na sua dignidade. Os alunos e as alunas são capazes de identificar os principais obstáculos à construção da justiça social, assim como os contributos fundamentais para a sua concretização e de assumir o seu papel enquanto promotores de sociedades mais justas e equitativas. Ao fazê-lo, valorizam o percurso feito pela humanidade na consagração dos direitos civis e políticos, económicos, sociais e culturais, bem como a importância do reconhecimento de direitos, deveres e responsabilidades, no quadro das opções individuais e coletivas, enquanto transformadoras de práticas sociais caracterizadas por injustiça e desigualdade, no sentido da construção de um mundo mais justo.

Cidadania Global

Os alunos e as alunas compreendem a evolução do conceito de cidadania à luz de transformações ocorridas na História das sociedades. Compreendem que a cidadania, enquanto estatuto jurídico-político, se identifica com a pertença a uma comunidade política (Estado) e se baseia num compromisso social contratualizando direitos e deveres entre o indivíduo e esse Estado. Compreendem também que a cidadania, entendida para além deste estatuto, se exerce, atualmente, em espaços mais alargados do que o Estado-nação, no contexto de desafios globais aos quais o nível nacional, só por si, não consegue dar resposta. Compreendem ainda que a um mundo mais complexo, globalizado e interdependente, corresponde uma Cidadania Global desterritorializada, fundada em valores comuns, baseada num compromisso ético de partilha equitativa dos bens comuns da humanidade, de respeito entre esta e a natureza e de construção de democracias a todas as escalas. Os alunos e as alunas são capazes de identificar em que lugares e em que contextos relacionais (seres humanos/outros seres vivos/natureza) foram construindo as suas pertenças e identidades e são capazes de reconhecer outras pertenças e identidades (pessoais e coletivas), construídas a partir de outros lugares e de outros contextos relacionais. São também capazes de refletir criticamente sobre si próprios e sobre os outros, e de fazer escolhas quanto aos compromissos que querem partilhar no quadro de uma Cidadania Global. Os alunos e as alunas assumem-se como cidadãos e cidadãs corresponsáveis pela qualidade de vida das atuais e das futuras gerações, como agentes ativos e não como “clientes” que apenas usufruem das pessoas e dos recursos para as suas finalidades. Por isso, estão disponíveis para cooperar com pessoas, organizações e movimentos que tenham objetivos e modos de funcionamento com os quais se identifiquem e para assumir uma multiplicidade de papéis, participando na transformação social. Ao fazê-lo, valorizam o bem-estar da comunidade global, à qual pertencem, a cooperação e a solidariedade que lhe dão vida e a equidade a que todas e todos têm direito.

Paz

Os alunos e as alunas compreendem que, tradicionalmente, a paz era o equivalente à ausência de guerra. Compreendem que a ausência de paz pode assumir muitas outras formas (económicas, sociais, culturais e políticas, ...), semeando rastros de destruição maciça ou seletiva com efeitos tão ou mais devastadores do que uma guerra, provocando, entre outros fenómenos, o aumento do número de refugiados, de deslocados e de migrantes forçados. Os alunos e as alunas são capazes de distinguir o conceito de paz positiva do conceito de paz negativa, bem como de perceber a paz como fruto de um processo de construção permanente baseado no respeito e valorização das diversidades. São também capazes de identificar situações de guerra beligerante e de insegurança e conflito geradas por outros meios que não a guerra, tanto no passado como no presente, a nível nacional e noutras partes do mundo, assim como estratégias utilizadas para lidar com as relações de força presentes em cada caso, que levaram à criação de condições para construir a paz. Igualmente, são capazes de refletir criticamente sobre si próprios e sobre a sociedade, fazendo escolhas no seu dia-a-dia que contribuem para criar climas de diálogo, de escuta mútua, de negociação e de construção de compromissos, bem como para chamar à responsabilidade os decisores, aos níveis local, nacional e internacional, que têm o poder de transformar políticas que geram conflito em políticas de promoção e de reforço da paz. Os alunos e as alunas reconhecem que a violência e a guerra não são inevitáveis, tomam consciência da capacidade que têm em contribuir para a construção da paz, a vários níveis, e assumem a sua parte de responsabilidade nesse campo. Ao fazê-lo, valorizam os benefícios da paz e o respeito pelo percurso feito pela humanidade que consagrou os direitos civis e políticos, assim como os direitos económicos, sociais e culturais de todas as pessoas e de todos os povos. Valorizam também a democracia e a cooperação, que deve prevalecer sobre a competição, na procura de soluções construídas em diálogo, e a solidariedade que interpela as relações de poder, colocando-as ao serviço do desenvolvimento e do bem comum, presente e futuro.

TEMAS, SUBTEMAS E OBJETIVOS NOS DIFERENTES NÍVEIS E CICLOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO *

TEMAS	SUBTEMAS	OBJETIVOS	ED. PRÉ-ESCOLAR	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	ENS. SEC.
DESENVOLVIMENTO	Perspetivas e conceitos essenciais associados ao desenvolvimento	Compreender o desenvolvimento na sua contextualização histórica, bem como os principais conceitos e indicadores associados	X	X	X	X	X
	Cooperação internacional	Refletir criticamente sobre conceções, práticas e principais atores da cooperação internacional			X	X	X
	Diversidade cultural e visões do mundo	Valorizar a diversidade de culturas, sociedades e mundivisões, atribuindo-lhes uma relevância equitativa	X	X	X	X	X
	Visões de futuro, alternativas e transformação social	Refletir criticamente sobre formas de ação que visem a transformação social e que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas	X	X	X	X	X
INTERDEPENDÊNCIA E GLOBALIZAÇÃO	Interdependências e relação dialética entre o global e o local	Compreender as inter-relações entre as pessoas, os lugares, as economias e os ambientes, do local ao global e vice-versa	X	X	X	X	X
	Globalização e crescente complexidade das sociedades humanas	Relacionar a globalização com os processos de crescente interdependência e complexidade das sociedades	X	X	X	X	X
	Transnacionalização e governação à escala global	Analisar criticamente os mecanismos transnacionais de governação			X	X	X

* Tabela retirada do Referencial de Educação para o Desenvolvimento

POBREZA E DESIGUALDADES	Enriquecimento e empobrecimento	Compreender a interdependência entre processos de enriquecimento e de empobrecimento	X	X	X	X	X
	Desigualdades, pobreza e exclusão social	Compreender a interdependência entre desigualdades, pobreza e exclusão social	X	X	X	X	X
	Luta contra as desigualdades, a pobreza e a exclusão social	Reconhecer o respeito pelos direitos humanos como imperativo para a implementação de políticas coerentes de combate às desigualdades, à pobreza e à exclusão social	X	X	X	X	X
JUSTIÇA SOCIAL	Direitos, deveres e responsabilidades	Compreender a relação entre direitos, deveres e responsabilidades e a sua articulação com os princípios fundamentais dos direitos humanos	X	X	X	X	X
	Bem comum e coesão social e territorial	Compreender o bem comum e a coesão social e territorial enquanto conceitos centrais da justiça social		X	X	X	X
	Construção da justiça social	Compreender a justiça social como um processo que exige o esforço continuado de todas as pessoas, instituições e comunidades	X	X	X	X	X

CIDADANIA GLOBAL	A comunidade planetária	Compreender a humanidade como parte do planeta e do universo	X	X	X	X	X
	Construção de uma sociedade mundial justa e sustentável	Compreender a construção de compromissos éticos e cívicos como condição para a criação de uma sociedade mundial justa e sustentável	X	X	X	X	X
	Participação e corresponsabilidade	Reconhecer o papel de vários tipos de atores na assunção de diferentes formas de participação e de corresponsabilidade na construção da cidadania global	X	X	X	X	X
PAZ	Construção da paz	Compreender que a construção da paz exige o esforço continuado de todas as pessoas, instituições e comunidades	X	X	X	X	X
	Situações de insegurança, violência, guerra e ausência de paz	Compreender os vários tipos de situações de insegurança, violência, guerra e ausência de paz	X	X	X	X	X
	Paz, direitos humanos, democracia e desenvolvimento	Compreender a interdependência entre paz, direitos humanos, democracia e desenvolvimento	X	X	X	X	X

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA GLOBAL *

A Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global pretende ser um processo de aprendizagem e transformação através da ação individual e/ou colaborativa orientada para a justiça social e o bem comum. A partir de uma tomada

de consciência assente numa interpretação crítica da realidade, a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global inter-relaciona um tema concreto com as causas das desigualdades onde quer que elas existam. Nesse sentido, não se atribui à Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global um ou vários temas em particular, mas, antes, uma outra forma de analisar a realidade.

A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA GLOBAL TEM O PAPEL DE:

- ▶ promover a tomada de consciência sobre as desigualdades nas relações de poder e no acesso ao bem-estar;
- ▶ identificar e desconstruir as narrativas incentivadoras de lógicas políticas e económicas insustentáveis que não atendem ao bem comum contribuindo para percorrer novos caminhos de coesão e equidade social;
- ▶ facilitar processos de aprendizagem com base em novas experiências – individuais e coletivas – suscitando a reflexão crítica, a ação, o diálogo e a empatia;
- ▶ consciencializar as pessoas para a importância da sua condição intrínseca de sujeitos políticos;
- ▶ orientar para a autonomia e responsabilização dos indivíduos e comunidades no que se refere às suas decisões e ações em processos de desenvolvimento;
- ▶ construir caminhos e mobilizar para a sustentabilidade ambiental, social, económica e cultural; - promover processos de influência política junto de diferentes decisores;
- ▶ constituir-se como uma ferramenta de transformação social.

Num mundo cada vez mais polarizado e afetado por crises ambientais, sociais e políticas onde os extremismos ganham cada vez mais espaço, ameaçando a paz e a prosperidade das nossas sociedades, acreditamos que a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global é fundamental para tornar realidade a visão de um mundo justo e sustentável, com dignidade e justiça social para todas as pessoas em todo o lado.

* *Ficha temática Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global, Plataforma Portuguesa das ONGD*

RECURSOS EDUCATIVOS A EXPLORAR

» Este Dicionário apresenta-se como uma ferramenta para todos os que querem saber mais sobre Desenvolvimento e Cidadania Global.

De forma clara, acessível, integrada e glocal apresentamos 33 conceitos, desenvolvidos de forma colaborativa, que podem ser explorados por todas e todos. Estudantes, professores, técnicos de organizações da sociedade civil, decisores públicos entre outros, estão convidados a folhear o Dicionário do Desenvolvimento e a descobrir novos olhares sobre um tema multidimensional que é importante para todos, mas que chega verdadeiramente a poucos.



dicionário do
desenvolvimento

No portal do *Dicionário do Desenvolvimento* encontra ainda, um *Guia Pedagógico* que se apresenta como uma ferramenta de apoio a todos os educadores (família, professor/a, formador/a, animador/a, facilitador/a,...) na dinamização de atividades que promovam a reflexão crítica sobre conceitos fundamentais do Desenvolvimento e da Cidadania Global e uma Matriz de Recursos educativos organizado em torno dos 5P da Agenda 2030.

Um projeto dinamizado pela *Fundação Cidade de Lisboa*, o *IMVF* e a *Associação Renovar a Mouraria*, e apoiado pelo *Camões – Instituto da Cooperação e da Língua*.

» Da análise do que é Comunicação para o Desenvolvimento às prioridades da Agenda 2030, do planeamento de uma campanha de comunicação a ferramentas criativas, como o *storytelling* ou a ilustração, o *Caderno Geração ODS* apresenta-se como um documento orientador, inspirador e mobilizador.

Pode ainda explorar o “*cartaz Geração ODS*” que de uma forma muito visual apresenta alguns dos principais temas tratados no caderno e documento #ODS – *Participação Cidadã*. Este recurso apresenta-se como uma narrativa orientada para a ação, onde estão reunidos os contributos recebidos durante o projeto, agregados em torno dos 5 P da Agenda 2030: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

O projeto *Geração ODS* aliou a reflexão e ação crítica e consciente em prol da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a ferramentas inovadoras de comunicar estas temáticas glociais.

Projeto foi implementado pela *Par – Respostas Sociais*, pelo *IMVF* e pela *Associação A Reserva* e é financiado pelo *Camões – Instituto da Cooperação e da Língua* e tem o apoio do *IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.*



» O projeto *Walk the Global Walk*, promovido em Portugal pela *AID-GLOBAL*; mobiliza os jovens como catalisadores para a mudança, promove a sensibilização para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e produz um modelo educativo inovador que será adaptado aos currículos das escolas de terceiro ciclo e secundárias, para que sejam capazes de integrar uma nova compreensão sobre questões globais relacionadas com as Migrações, as Alterações Climáticas e a Igualdade de Género.



No âmbito deste projeto foram criados dois Guiões de recursos pedagógicos para professores, um guião com foco no ODS 11: Tornar as Cidades e Comunidades Inclusivas, Seguras, Resilientes e Sustentáveis e um guião com foco no ODS 13: Ação Climática.

» O projeto *Get up and goals!*, dinamizado em Portugal pela ESE-IP-VC, **tem como objetivo apoiar a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas** nas escolas europeias; o projeto está em consonância com o Objetivo 4.7: "Até 2030, garantir que todas as turmas adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável (...)".



No portal do projeto é possível encontrar recursos pedagógicos sobre: igualdade de género, alterações climáticas, migrações e desigualdades mundiais.

» O *Kit ODS*, promovido pela *OIKOS*, promove o conhecimento/ incorporação e integração dos ODS, bem como das temáticas associadas aos mesmos, na comunidade educativa, através de ferramentas pedagógicas adequadas e utilizadas por atores específicos (professores/ crianças/jovens em formação). Para solicitar o seu KIT escreva a mcs@oikos.pt



› *A Maior Lição do Mundo* é uma iniciativa apoiada pela UNICEF Portugal, que pretende contribuir para a reflexão e ação no âmbito dos ODS.



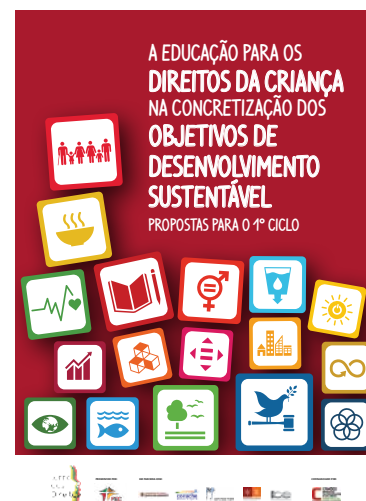
› *Recursos sobre a Agenda 2030 e os ODS*

Relatórios, jogos e atividades que permitem aprofundar o seu conhecimento sobre os ODS, para que possa contribuir de forma consciente e ativa para um mundo mais justo, mais digno e mais sustentável. O Nosso Mundo.



› *A educação para os Direitos da Criança na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Propostas para o 1º ciclo*

Ferramenta pedagógica, produzida pela FEC, que promove a capacitação dos professores e comunidades educativas sobre a atualidade da Convenção dos Direitos da Criança, o reconhecimento do papel fundamental do professor e da escola na consciencialização do papel das crianças como agentes de transformação social e agentes de Educação para os Direitos da Criança e Desenvolvimento Sustentável.



DESAFIO



Pense numa figura geométrica e organize os ODS: os mais importantes; os menos importantes; os mais relevantes para as Escolas...a escolha do critério é sua!



Questões de reflexão: Existem ODS mais importantes do que outros? Qual o meu ponto de partida? Qual a minha situação geográfica? Qual a minha situação social?

DESAFIO

Identifique os prós e contras da nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável



PRÓS	CONTRAS

DESAFIO

Porque são importantes os ODS para as escolas e para os processos de aprendizagem?



Lined writing area with 25 horizontal lines for text input.



O NOSSO PAPEL

O Desenvolvimento é uma responsabilidade de todos.

APRENDER

Saiba mais sobre os ODS em
www.rumoa2030.pt

PARTILHAR

Divulgue informação, materiais
e documentos sobre os ODS

ATUAR

Envolve-se em causas locais que
contribuam para o sucesso dos ODS

BIBLIOGRAFIA

Transformar o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

UNRIC - Centro Regional de Informação das Nações Unidas

Instituto Nacional de Estatística

Relatório Nacional sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Agenda 2030 - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

A AGENDA PÓS-2015 PARA O DESENVOLVIMENTO: Da redução da pobreza ao desenvolvimento inclusivo? Patrícia

Magalhães Ferreira, 2013

Em Direção ao Desenvolvimento Sustentável - Agir para Não deixar ninguém para trás

Rumo a 2030: Os Municípios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", Patrícia Magalhães Ferreira, 2020

Rumo a 2030

ENED

Portugal e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Patrícia Magalhães Ferreira, 2020

Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário

Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Objetivos de aprendizagem, UNESCO

Guia de Ação Cidadã

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos onde se lê "o" deve ler-se também "a" ou "x" sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita.



DOCUMENTO ELABORADO POR:

Mónica Santos Silva

Unidade de Cidadania Global
Instituto Marquês de Valle Flôr

Este guia foi iniciado no decorrer do projeto Redes para o Desenvolvimento financiado pela União Europeia e apoiado pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. Foi revisto e atualizado no âmbito do projeto Rumo a 2030: Campanha para a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global, financiado pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

IMPLEMENTADO POR:



FINANCIADO POR:



WWW.RUMOA2030.PT